

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO- ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JOSÉ NASARENO MEDEIROS

**CONSTRUÇÃO CIVIL: ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTO DE MÃO-DE-OBRA
E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REGULARIZAÇÃO DA OBRA**

FLORIANÓPOLIS

2011

JOSÉ NASARENO MEDEIROS

**CONSTRUÇÃO CIVIL: ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTO DE MÃO-DE-OBRA
E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REGULARIZAÇÃO DA OBRA**

Monografia apresentada ao curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. Sérgio Murilo Petri.

FLORIANÓPOLIS

2011

JOSÉ NASARENO MEDEIROS

**CONSTRUÇÃO CIVIL: ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTO DE MÃO-DE-OBRA
E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REGULARIZAÇÃO DA OBRA**

ESTA MONOGRAFIA FOI JULGADA ADEQUADA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

PROFESSOR DR. SÉRGIO MURILO PETRI
ORIENTADOR

PROFESSOR JOÃO HENRIQUE COSTA
CO-ORIENTADOR

PROFESSORES QUE COMPUSERAM A BANCA:

PROFESSOR DR. SÉRGIO MURILO PETRI

PROFESSOR DR. LORECI JOÃO BORGES

PROFESSOR JOÃO HENRIQUE COSTA

FLORIANÓPOLIS, 14, SETEMBRO DE 2011.

RESUMO

MEDEIROS, José Nasareno. **Construção civil: análise comparativa de custo de mão-de-obra e documentos necessários para regularização da obra.** Monografia. Florianópolis: UFSC, 2011. 78 páginas.

Este trabalho tem como objetivo demonstrar, entre duas maneiras de edificar uma obra em alvenaria, realizada por uma empresa do ramo da construção civil, qual a forma financeira menos onerosa do ponto de vista contábil, valendo-se da possibilidade de ser utilizada mão-de-obra executada por empregados próprios ou por terceiros, estes identificados como os microempreendedores individuais e seu respectivo empregado. Para tal será demonstrado, de ambos os métodos, através de pesquisa bibliográfica, os conceitos e termos utilizados na construção civil, desde a elaboração da folha de pagamento até a regularização da obra junto a Receita Previdenciária, como também será efetuado estudo através de planilhas de demonstração referente aos encargos sociais incidentes para cada tipo de método. Será construído, ainda, um comparativo de ambos os meios, mostrando os pontos positivos de cada um deles. Para a comprovação da opção definida serão analisados os dados obtidos de uma empresa de construção civil no ano de 2011, de modo a permitir o entendimento e dar base de afirmação à resposta.

PALAVRAS-CHAVES: Construção civil, microempreendedor individual, encargos sociais.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARF	AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL
ARO	AVISO DE REGULARIZAÇÃO DA OBRA
CAC	CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR
CAT	COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO
CCT	CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO
CEF	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CEI	CADASTRO ESPECÍFICO DO INSS
CGSN	COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL
CIPA	COMISSÃO INTERNA DE ACIDENTES
CLT	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
CND	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO
CNIS	CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOCIAL
CNPJ	CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA
CPD-EN	CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITO COM EFEITO DE NEGATIVA
CRC	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
CREA	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA
CRM	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA
CUB	CUSTO UNITÁRIO BÁSICO
DAS	DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL
DATAPREV	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO DA PREVIDÊNCIA
DISO	DECLARAÇÃO E INFORMAÇÃO DA SITUAÇÃO DA OBRA
ECD	ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL
EPC	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO COLETIVA
EPI	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL
FGTS	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
GFIP	GUIA DE RECOLHIMENTO AO FUNDO DE GARANTIA E INFORMAÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL
GPS	GUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ICMS	IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS
IN	INSTRUÇÃO NORMATIVA
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INSS	INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL
ISS	IMPOSTO SOBRE SERVIÇO
LTCAT	LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS
MEI	MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NIT	NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO TRABALHADOR
NR	NORMA REGULAMENTADORA
PCMAT	PROGRAMA DE CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO
PCMSO	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL
PGR	PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS
PIS	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
PPP	PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO
PPRA	PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS
RAT	RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO
RE	RELAÇÃO DE EMPREGADOS
RFB	RECEITA FEDERAL DO BRASIL
RGPS	REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
RPA	RECIBO DE PAGAMENTO À AUTÔNOMO
RPS	REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SEBRAE	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SEFIP	SISTEMA EMPRESA DE RECOLHIMENTO DO FGTS
SENAI	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
SESI	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
SESMT	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

SIMEI	SISTEMA DE RECOLHIMENTO EM VALORES FIXOS MENSAIS DOS TRIBUTOS ABRANGIDOS PELO SIMPLES NACIONAL
SINDUSCON	SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – SALÁRIO NORMATIVO DOS EMPREGADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	37
TABELA 2 – TERCEIROS SUJEITOS À ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL	38
TABELA 3 – FOLHA DE PAGAMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS COM EMPREGADOS PRÓPRIOS	39
TABELA 4 – FOLHA DE PAGAMENTO TOTALIZADORA.....	39
TABELA 5 – BASE DE CÁLCULO PARA PREÇO NA NOTA FISCAL EMITIDA PELO MEI	48
TABELA 6 – FOLHA DE PAGAMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS - CONTRATANTE	49
TABELA 7 – FOLHA DE PAGAMENTO TOTALIZADORA DA CONTRATANTE	50
TABELA 8 – FOLHA DE PAGAMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS - MEI	51
TABELA 9 – COMPARATIVO METODOLÓGICO ENTRE FOLHA, FGTS E INSS	59

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	TEMA E PROBLEMA	10
1.2	OBJETIVOS	11
1.2.1	Objetivo geral	11
1.2.2	Objetivos específicos	11
1.3	JUSTIFICATIVA	12
1.4	METODOLOGIA DA PESQUISA	13
1.4.1	Definição da Estratégia Metodológica	13
1.4.2	Coleta e Análise de Informações	14
1.5	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	15
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	REGISTRO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL	17
2.1.1	Obra de Construção Civil	18
2.1.2	Responsabilidade	18
2.1.3	Obrigações Acessórias	19
2.1.4	Matricula no CEI	24
2.1.5	Das Obrigações Previdenciárias	25
2.1.6	Documento de Informações Sobre a Obra - DISO	26
2.2	REGULARIZAÇÃO DA OBRA – DOCUMENTAÇÃO	26
2.3	MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	33
2.3.1	Tributação aplicada ao MEI	34
3	ESTUDO DE CASO	35
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	35
3.2	EXECUÇÃO COM EMPREGADOS PRÓPRIOS	36
3.2.1	Piso salarial	36
3.2.2	Encargos sociais sobre a folha de pagamento	37
3.2.3	Outros custos e despesas sobre a folha de pagamento	39
3.2.4	Afastamento de empregado	43
3.2.5	Obrigações de cumprimento das normas regulamentadoras	44
3.3	DOCUMENTAÇÃO ACESSÓRIA	45
3.4	PROCEDIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO DA OBRA	46
3.5	EXECUÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	47
3.5.1	Base de cálculo e piso salarial	48
3.5.2	Encargos sociais sobre a folha na contratação do MEI	49
3.5.3	Encargos sociais sobre a folha do MEI	50
3.6	DOCUMENTAÇÃO ACESSÓRIA	57
3.7	PROCEDIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM EXECUÇÃO UTILIZANDO MÃO-DE-OBRA DE MEI'S	58
3.8	ANÁLISE DOS RESULTADOS POR COMPARATIVO	59
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
4.1	QUANTO AO ALCANCE DOS OBJETIVOS	61
4.2	RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	63
	REFERÊNCIAS	64
	ANEXOS	66

1 INTRODUÇÃO

As organizações estão preocupadas em melhorar sua eficiência e buscar alternativas para o melhor desenvolvimento de sua finalidade, o lucro. Sendo assim, faz-se necessário evidenciar um dos princípios contábeis mais aclamados pela sociedade capitalista, a continuidade. No entanto, dentre os diversos tipos de atividades e suas sustentabilidades econômico-financeiras, o foco aqui definido atentará sobre um segmento particular de entidades, as de construção civil.

As empresas com atividades de construção civil têm a obrigação de registrar suas obras no Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, a fim de efetuar o recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre a mesma.

O valor recolhido ao Instituto Nacional da Seguridade Social serve para suprir parte da previdência de trabalhadores lotados nessas obras.

O recolhimento pode ser efetuado de duas maneiras, de acordo com a situação contábil da pessoa proprietária da obra, a saber: a) por aferição indireta com base na área e no padrão da construção para as pessoas jurídicas que não estão com a contabilidade regular e pessoas físicas, e a b) pela apresentação da DISO (Declaração e Informação da Situação da Obra), devidamente preenchida e com cópia dos relatórios contábeis devidamente regulares.

A primeira forma trata da apuração do valor da remuneração da mão-de-obra utilizada na construção, obtida pelo tamanho da obra vezes o valor do Custo Unitário Básico - CUB, que representa o custo dos materiais e a mão-de-obra empregados na construção. Esta é a medida para o cálculo do recolhimento previdenciário dos empregados de construtoras e/ou empregados de empreiteiras, submetidas à prestação de serviços para a proprietária através de contrato parcial ou total e que o INSS utiliza para a regularização da edificação, com a emissão, por fim, da Certidão Negativa de Débitos – CND.

O segundo meio de regularização da obra, ou seja, para a aquisição da respectiva CND, seria manter de forma correta e atualizada a escrituração contábil dessas empresas, bem como todos os procedimentos de retenção e recolhimento das verbas previdenciárias suas e dos trabalhadores que prestaram serviços na edificação, bem como suas informações acessórias para cada construção executada, devidamente identificada pelo número do Cadastro Específico do INSS -

CEI.

As empresas que prestam serviços de mão-de-obra na construção civil, assim compreendidas as construtoras e empreiteiras, recolhem a título de Previdência Patronal o percentual respectivo de 20% do montante de sua folha de pagamento, base de cálculo para a previdência, conforme art.72, IN RFB Nº971/2009 (BRASIL, 2009).

Para as empresas que são optantes do MEI, a parte patronal cabível à previdência social é o percentual de 3% do montante de sua folha de pagamento, base de cálculo para a previdência, de acordo com o art.5, Resolução CGSN 58/2009 (BRASIL, 2009).

Neste trabalho pesquisa-se a existência de vantagens para as construtoras, que poderão contratar estes “empresários” que prestarão serviços juntamente com seu único empregado (limitado por lei) sem a oneração como visto anteriormente, de 20%, pois este somente será aplicado sobre a remuneração lançada para o empresário e não a de o seu empregado.

Na possibilidade, poderão também demitir seus empregados e contratá-los como MEI, livrando-se dos encargos sociais atribuídos a esses empregados, bem como livrar-se do passivo trabalhista gerado pelo vínculo empregatício.

Porém, estes critérios não estão totalmente claros perante a maioria dos profissionais contábeis e dos representantes do órgão arrecadador por se tratar de assunto recente, não estando a legislação ainda devidamente regulamentada e normatizada, faltando o devido esclarecimento da maneira correta de efetuar este tipo de compensação e se é legal a aplicação desta prática.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O que as construtoras deverão fazer para que possam ter vantagens em contratar estes “empresários” (Microempreendedores Individuais – MEI) que prestarão serviços juntamente com seu único empregado, limitado pelo art. 1º, § 1º, Inciso VI da Resolução CGSN 58/2009 (BRASIL, 2009), sem a oneração como visto anteriormente? Demitir seus empregados e contratá-los como MEI, livrando-se dos encargos sociais atribuídos aos empregados, bem como o passivo trabalhista e

poder obter a CND da obra utilizando os créditos previdenciários, agora reduzidos em virtude da taxativa menor para esta modalidade de empresa, é uma das possíveis soluções.

Então diante do exposto acima, de que forma e em qual momento podem ser utilizados os créditos previdenciários patronais, gerados pelos Micros Empreendedores Individuais (MEI) em uma organização de construção civil para abatimento no débito previdenciário junto ao Cadastro Específico do INSS - CEI?

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção apresentar-se-ão os objetivos do trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

Demonstrar um comparativo da forma mais econômica de tributação da contribuição previdenciária das obras de construção civil através da redução do valor recolhido pela parte patronal a respeito do débito previdenciário, passando agora a ter como base de cálculo o valor da nota fiscal emitida pela empresa do microempreendedor individual, mais a remuneração do empregado admitido por este prestador de serviços, a qual tem a redução de 20% para 3%.

1.2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral, seguir-se-ão os seguintes objetivos específicos:

- I. Verificar se há aproveitamento dos créditos previdenciários;
- II. Demonstrar a metodologia de aproveitamento de créditos previdenciários;

- III. Comparar as duas formas de cálculos apresentadas sobre o aproveitamento dos créditos previdenciários;
- IV. Analisar qual a melhor forma de aproveitamento desses créditos pelas empresas de construção civil.

1.3 JUSTIFICATIVA

Optou-se por desenvolver este trabalho na área da construção civil devido aos seguintes pontos: a) a legislação é interpretativa sobre a forma de tributação e contratação por intermédio de cessão de mão-de-obra da atividade de microempreendedor individual, no que tange à parte previdenciária e suas obrigações acessórias; b) o procedimento para a contratação deste tipo de prestador de serviços quase nunca tem o assessoramento do profissional da contabilidade, e sem esse devido conhecimento da legislação previdenciária se acaba mostrando que os resultados apurados para recolhimento dos respectivos encargos sociais nem sempre são condizentes com a melhor opção financeira para a empresa, sendo essa a realidade; e c) existem outros critérios para estes tipos de apuração, nos quais, dependendo de qual método utilizar, pode-se chegar a resultados diferentes, com possibilidades diferentes de recolhimento dos encargos sociais.

Para tanto, abordaram-se as atividades de construção de imóveis em virtude de esta estar ligada diretamente com o objetivo deste trabalho, somado ao fato de sua contabilidade ser um pouco diferente das outras atividades de comércio, quanto ao tempo de sua realização e seu recebimento, bem como seu controle e acompanhamento pela Receita Federal do Brasil, através de seus meios de controle descrito no Anexo V, da IN RFB nº 971/2009 (BRASIL, 2009).

Também é fato que a fiscalização por parte dos órgãos responsáveis pelas obras de construção civil está aumentando, tanto que fiscais de obras municipal, estadual e a própria Receita Federal do Brasil vêm se unindo para cercar de todos os lados as empresas que tentam burlar os tributos e contribuições, punindo severamente com multas pesadíssimas.

Torna-se necessário, portanto, o conhecimento da legislação, suas atualizações e alterações, bem como a correta elaboração da contabilidade, pois os

meios existentes e os que ainda estão por surgir só fazem aumentar o poder de fiscalização destes, tornando um simples erro passível de penalidades, tanto para a empresa, com as multas pecuniárias, quanto para os profissionais da contabilidade.

Assim, todas as obras de construção civil e os processos que as empresas realizam estão cada vez sendo mais visados pelos órgãos arrecadadores, de modo que as empresas e os profissionais da área necessitam estar devidamente preparados para enquadrar suas empresas nas formas mais rentáveis e seguras previstas pela lei, ainda que lhe agreguem mais mão-de-obra e tempo para a elaboração de documentos e provas, evitando possíveis multas por procedimentos indevidos e incorretos.

E esta pesquisa visa, não só, proporcionar esclarecimentos sobre as condutas da interpretação da legislação de créditos previdenciários, mas também evidenciar a discussão sobre um fato polêmico que pode ser vital para a sobrevivência de uma entidade no mundo competitivo.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A seguir se estabelece o enquadramento metodológico utilizado para a realização desta pesquisa, contendo a caracterização da empresa utilizada como objeto de estudo de caso, e os objetivos alcançados com este trabalho.

1.4.1 Definição da Estratégia Metodológica

Para a elaboração deste estudo de caso proposto foram desenvolvidas algumas etapas, sendo estas as estratégias:

- Procede-se à leitura analítica de material bibliográfico e virtual, objetivando interpretar e elaborar a fundamentação teórica do tema discutido na pesquisa;
- Realizou-se um estudo sobre as formas de apuração de encargos sociais sobre as obras de construção civil no Brasil, demonstrando-as inclusive através de exemplos de cálculo;

- O estudo de caso foi realizado com base nos valores levantados junto a uma empresa que opera no ramo de construção civil e utilizado para calcular os encargos sociais devidos para esta atividade;
- Finalmente, foi elaborada a análise e comparação das contribuições previdenciárias das obras de construção civil, objetivando verificar a melhor base de cálculo para recolhimento para este tipo de atividade;

1.4.2 Coleta e Análise de Informações

A metodologia utilizada nesse trabalho para alcançar os objetivos propostos é a metodologia dedutiva. O método dedutivo é o método proposto pelos racionalistas Descartes, Spinoza e Leibniz, que pressupõe que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão. Usa o silogismo da construção lógica para, a partir de duas premissas, retirarem uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão (GIL, 1995; LAKATOS, MARCONI, 1993).

Esta pesquisa é do tipo acadêmica, sua técnica empregada foi a documentação indireta, de natureza básica com objetivos exploratórios e de abordagem quantitativa e qualitativa, usando fonte de informações de campo e o procedimento adotado foi o estudo de caso.

O desenvolvimento deste estudo de caso ocorre em uma empresa do setor da construção civil por meio de coleta de dados, através de entrevistas a fim de se realizar uma análise quantitativa. Segundo Otani (2007), tudo pode ser quantificado, o que significa traduzir em números opiniões e informações, para classificá-las e analisá-las. Esse método requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.).

A trajetória metodológica é dividida em três etapas: a primeira trata da fundamentação teórica sobre o assunto; a segunda etapa apresenta o estudo de caso, onde se fala sobre a empresa estudada, bem como seu breve histórico e a

apuração previdenciária e utilização de contratação de Microempreendedores Individuais na execução de obras; e a terceira etapa, apresenta um cálculo de utilização de créditos previdenciários no padrão da Receita Federal do Brasil onde se apura na totalidade dos valores a recolher apresentando um benefício quando da contratação de mão-de-obra terceirizada.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

No tocante aos métodos de apuração de pagamento de valores devidos à Previdência Social, o estudo limita-se a analisar e fazer um comparativo de dois métodos de apuração, entre outros métodos, e cálculos que trazem o mesmo objeto. Um deles é comum sua aplicação, porém o outro método de execução é recente e pouco aplicado. Em ambos os casos, uma análise preliminar mostrou relevantes divergências de legislação que podem interferir na formulação dos levantamentos a serem prestados pela empresa prestadora de serviço, a contratante e a contabilidade. Cria-se um limite também quanto à entrevista aplicada aos fornecedores de informações, os quais, representando os órgãos federais responsáveis pela aferição dos cálculos ora demonstrados e suas conjecturas e apenas uma empresa construtora situado no município de Palhoça estado de Santa Catarina.

Os dados aqui inseridos são de setembro de 2011, tais como tabelas de salário de contribuição, piso salarial, percentuais de impostos e outros.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho foi estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo são apresentados a introdução, o tema e o problema, os objetivos geral e específico, as justificativas, a metodologia, a delimitação da pesquisa e a organização do trabalho.

O segundo consiste na divisão teórica dos seguintes temas: construção civil e a contratação de mão-de-obra própria, utilização de créditos previdenciários

patronais para o abatimento da previdência da obra, a contratação de Micros Empreendedores Individuais para a tomada de serviços em obra de construção civil e a utilização dos créditos gerados pelos mesmos para a previdência da obra.

O terceiro capítulo compreende o estudo de caso que se inicia com um breve histórico da empresa estudada. Em seguida é apresentado o procedimento padrão aplicado em uma obra de construção civil, como se efetua a prestação dos serviços de obra de construção civil com empregados próprios, documentação obrigatória para a realização de registro na Previdência Social e suas particularidades. Como utilizar os créditos previdenciários de produtos e ou empregados para o abate total da previdência da construção civil perante o órgão regulador e ao final propões-se a contratação de Micros Empreendedores Individuais – MEI para a prestação dos serviços de mão-de-obra na construção civil, sua legalidade e a falta de regulamentação para o objetivo, suas vantagens e desvantagens.

No quarto capítulo demonstram-se as conclusões e sugestões para futuros trabalhos, seguido das referências, apêndices e anexos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção aborda a conceituação teórica que serve como premissa básica na realização dessa pesquisa, na qual se objetiva referenciar a legislação e normatizações, visões de autores e as interpretações do autor sobre a presente pesquisa.

Este trabalho foi realizado por meio de um estudo de caso. Para tal concentrou-se a atenção nos elementos específicos que poderiam estar envolvidos nesta análise, procurando dessa forma reunir o maior número de informações, para entender o objetivo proposto.

Tendo este estudo de caso como ponto principal de exame a forma pela qual se apura a base de cálculo e o procedimento para que, com empregados próprios efetuar a realização parcial ou total dos serviços de mão-de-obra de empreendimentos imobiliários e a respectiva utilização de créditos previdenciários patronais para a obtenção da Certidão Negativa Previdenciária – CND, documento este essencial para a regularização da obra perante o município.

E, realizar um contrato quanto ao mesmo procedimento, só que agora utilizando a terceirização da mão-de-obra, através de contratos com Microempreendedores Individuais.

2.1 REGISTRO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

A fundamentação teórica deste estudo de caso pode ser iniciada com a descrição do procedimento da prática em que se necessita do registro de uma obra de construção civil junto a Receita Federal do Brasil, precisamente a Receita Previdenciária, para atender às necessidades documentais da respectiva Prefeitura Municipal a fim de se adquirir o habite-se da obra, este por sua vez é parte da documentação exigida pela Caixa Econômica Federal – CEF para a juntada no processo de financiamento da venda destes imóveis para terceiros.

2.1.1 Obra de Construção Civil

De acordo com a Receita Federal do Brasil por meio do Decreto 3.048/99 em seu art. 257 §13º (BRASIL, 1999) Obra de Construção Civil é a construção, a demolição, a reforma, a ampliação de edificação ou qualquer outra benfeitoria agregada ao solo ou ao subsolo.

Neste aspecto um prédio com unidades autônomas pode e deve ser enquadrado como uma obra de construção civil para efeito desta Lei. Assim como o acréscimo de cômodos em uma residência poderá ser chamada de ampliação.

2.1.2 Responsabilidade

Com o advento da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009 art. 325 (BRASIL, 2009) são responsáveis pelas obrigações previdenciárias decorrentes de execução de obra de construção civil, o proprietário do imóvel, o dono da obra, o incorporador, o condômino da unidade imobiliária não incorporada na forma da Lei nº 4.591/1964 (BRASIL, 1964), e a empresa construtora. O responsável pela obra de construção civil pessoa jurídica, está obrigado a efetuar escrituração contábil relativa à obra, conforme determinas os Artigos nº 209, 225, 235 e 283 do Decreto 3.048/1999 (BRASIL, 1999) e os Artigos nº 137, 139, 140, 340 e 383 da IN/RFB nº 971/2009 (BRASIL, 2009).

Tem-se como responsável para o este estudo de caso a empresa de construção civil em foco, pois a mesma tem a titularidade da obra, o grau de proprietário e incorporador.

Um dos tópicos a serem explorados são a escrituração desta atividade nos termos da Lei para a obtenção da CND Previdenciária, o procedimento, suas peculiaridades e penalidades.

Dita a IN/RFB Nº 971 de 13/11/2009 em seu art. 327 (BRASIL, 2009) que a pessoa física, dona da obra ou executora da obra de construção civil, é responsável pelo pagamento de contribuições em relação à remuneração paga, devida ou creditada aos segurados que lhes prestam serviços na obra, na mesma forma e prazos aplicados às empresas em geral.

Com vistas à determinação do parágrafo anterior, observaram-se os respectivos recolhimentos de guias previdenciárias e de outros tributos relativos à obra de construção civil e as responsabilidades de cada prestador de serviço contratado para a execução da obra em meio parcial ou total, bem como a execução da prestação destes serviços de mão-de-obra feito pelos empregados contratados da empresa incorporadora da obra, bem como a alíquota aplicada em cada situação.

2.1.3 Obrigações Acessórias

Quanto às obrigações acessórias podemos citar o respectivo art. 47 da IN/RFB nº 971 (BRASIL, 2009), que menciona o seguinte: o responsável por obra de construção civil, em relação à mão-de-obra diretamente por ele contratada, está obrigado ao cumprimento das seguintes obrigações acessórias, no que couber:

“I - inscrever, no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, os segurados empregados e os trabalhadores avulsos a seu serviço (BRASIL, 2009, p. 9).”

Pode-se atender este item da referida Instrução Normativa efetuando a admissão dos respectivos pedreiros, serventes e outros empregados contratados para a execução dos respectivos serviços da empresa;

II – inscrever, quando pessoa jurídica, como contribuintes individuais no RGPS, a partir de 1º de abril de 2003, as pessoas físicas contratadas sem vínculo empregatício e os sócios cooperados, no caso de cooperativas de trabalho e de produção, se ainda não inscritos (BRASIL, 2009, p. 9);

Os contribuintes de que trata o item II, no caso estudado, podem ser representados pelos engenheiros e ou técnicos de edificações contratados por prazo determinado via contrato de prestação de serviço desde que legalmente habilitados e registrados nos seus respectivos conselhos.

III - elaborar folha de pagamento mensal da remuneração paga, devida ou creditada a todos os segurados a seus serviços, de forma coletiva por estabelecimento, por obra de construção civil e por tomador de serviços, com a correspondente totalização e resumo geral, nela discriminando o nome de cada segurado e respectivo cargo, função ou serviço prestado; agrupando por categoria os segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais; identificando os nomes das seguradas em gozo de salário-maternidade; destacando as parcelas integrantes e as não-

integrantes da remuneração e os descontos legais; indicando o número de cotas de salário-família atribuídas a cada segurado empregado ou trabalhador avulso (BRASIL, 2009, p. 9);

Uma vez cadastrados os empregados e os respectivos profissionais liberais, os sistemas de folha de pagamento hoje existentes no mercado já se encontra devidamente adaptados a atender as especificações do item anterior, sendo este sistema pertencente à empresa contratante ou de um escritório de contabilidade contratado para a prestação do serviço de folha de pagamento. Em nosso estudo se obtém esses dados obrigatórios através de folha de pagamento contratada por escritório de contabilidade.

IV - lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições sociais a cargo da empresa, as contribuições sociais previdenciárias descontadas dos segurados, as decorrentes de sub-rogação, as retenções e os totais recolhidos (BRASIL, 2009, p. 9);

Entende-se como fatos geradores das contribuições sociais a folha de pagamento paga pela empresa responsável pela obra juntamente com o “INSS” descontado dos seus empregados e contribuintes individuais devidamente registrados nela, as que cujas responsabilidades foram transferidas a empresa, e as retenções efetuadas de empresa prestadora de serviços de mão-de-obra de construção civil contratadas para a execução parcial ou total da obra, conforme prevê o art. 219 do Decreto 3.048/1999 (BRASIL, 1999);

V - fornecer ao contribuinte individual que lhes presta serviços, comprovante do pagamento de remuneração, consignando a identificação completa da empresa, inclusive com o seu número no CNPJ, o número de inscrição do segurado no RGPS, o valor da remuneração paga, o desconto da contribuição efetuado e o compromisso de que a remuneração paga será informada na GFIP e a contribuição correspondente será recolhida (BRASIL, 2009, p. 9);

O comprovante de pagamento feito ao contribuinte individual contratado e devidamente registrado em folha de pagamento receberá o nome de holerite, também conhecido como contracheque, recibo de salário.

Poderá ser adotado outro tipo de recibo, chamado de Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), pago juntamente com os demais empregados ou em datas diferenciadas sempre respeitando o que foi pactuado em contrato.

Em todos estes modelos constarão os dados solicitados no item V deste artigo, inclusive o número de inscrição perante o Registro Geral da Previdência Social (RGPS) que é mais conhecido com o número no cadastro do Programa de

Integração Social (PIS) ou Número de Inscrição do Trabalhador (NIT). A Guia do Fundo de Garantia e Informação para a Previdência Social (GFIP) tem a finalidade, como o nome propriamente já diz levar à previdência social as informações dos valores de contribuição de cada contribuinte a fim deste constar no Cadastro Nacional de Informação Social (CNIS), base de dados utilizada pela previdência para efetuar os cálculos dos valores a serem pagos a título de benefícios assistenciais bem como o de aposentadoria.

O compromisso de que se menciona no item V quanto ao recolhimento das contribuições e sua informação na GFIP somente servirá para atender os trâmites desta legislação, pois já é obrigação o recolhimento e a respectiva informação na GFIP, conforme se verificou anteriormente no tópico das responsabilidades.

VI - prestar à RFB todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de interesse dos mesmos, na forma por ela estabelecida, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização (BRASIL, 2009, p. 9);

No momento de buscarmos a regularização da obra se apresenta os documentos cadastrais do tipo alvará de construção expedido pela Prefeitura municipal, as respectivas plantas do imóvel objeto da construção, os livros de registros contábeis com os respectivos lançamentos de acordo com cada obra e dirimir as dúvidas que por ventura venha a surgir no momento da regularização.

VII - exibir à fiscalização da RFB, quando intimada para tal, todos os documentos e livros com as formalidades legais intrínsecas e extrínsecas, relacionados com as contribuições sociais (BRASIL, 2009, p. 9);

Ocorrem não com muita freqüência junto as obras de construção civil as fiscalizações da RFB, mas ainda assim pode-se sofrer algumas abordagens dos fiscais deste órgão, cujo um dos quesitos observados pelos mesmos é a regularidade da obra, que se comprovam com a documentação dos registros dos empregados, livros contábeis e as respectivas guias de recolhimento das obrigações previdenciárias.

VIII - informar mensalmente, em GFIP emitida por estabelecimento da empresa, com informações distintas por tomador de serviço e por obra de construção civil, os seus dados cadastrais, os fatos geradores das contribuições sociais e outras informações de interesse da RFB, na forma estabelecida no Manual da GFIP (BRASIL, 2009, p. 9);

No momento da informação para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS) dos empregados registrados, através da guia GFIP a empresa estará enviando, por obra, no caso de empresa de construção civil proprietária da obra e que utiliza seus empregados na mão-de-obra da mesma, ou no caso de empreiteiras de mão-de-obra, por tomador de seus serviços, todos os seus dados cadastrais, fatos geradores das contribuições sociais e demais informações constantes no Manual do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP), e não em Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) como menciona no respectivo item, no caso desta segunda o manual inexistente.

IX - matricular-se no CEI – Cadastro Específico do INSS, dentro do prazo de trinta dias contados da data do início de suas atividades, quando não inscrita no CNPJ (BRASIL, 2009, p. 9);

Este procedimento é adotado para as pessoas físicas que não tem o registro no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica que ao iniciar a atividade de construção já tem por obrigação o registro no CEI;

X – matricular no CEI a obra de construção civil executada sob sua responsabilidade, dentro do prazo de trinta dias contados do início da execução (BRASIL, 2009, p. 9).

O inciso II letra “b” do art. 19 da IN 971/2009 já trata da matrícula do contribuinte junto ao INSS para fins de recolhimento dos encargos sociais e dá prazo de trinta dias a contar do início da obra, que pode ser caracterizado pelo alvará de construção expedido pela prefeitura municipal a pedido do responsável pela mesma;

XI - comunicar ao INSS acidente de trabalho ocorrido com segurado empregado e trabalhador avulso, até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato (BRASIL, 2009, p. 10);

A doutrina que trata da segurança e medicina do trabalho prevê a comunicação através de relatórios anuais da situação da empresa contratante de mão-de-obra, conforme as Normas Regulamentadoras - NR's. Os acidentes de trabalho têm um tratamento mais rigoroso, seu comunicado à Previdência Social se dá através da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, neste formulário, on-line com o servidor do Ministério da Previdência Social, gerenciado pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência - DATAPREV, a empresa informará o acidente ou o óbito de empregado, assim como demais dados pertinente ao acidente como, por exemplo, o local do acidente, dia, hora, objeto, parte do corpo atingida, local de atendimento hospitalar, dados do atestado e outras informações, tudo em

tempo real;

XII - elaborar e manter atualizado Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores, conforme disposto no inciso V do art. 291 (BRASIL, 2009, p. 10);

O Laudo Técnico de Condições Ambientais - LTCAT trará benefícios futuros para as empresas, para o empregado e para a RFB. A empresa, executando e mantendo atualizado o LTCAT, desde que mantenha os recolhimentos previdenciários em dia e possua as documentações acessórias e sua contabilidade regular, poderá se eximir da responsabilidade solidária perante a sua contratada.

Para que o empregado requeira antecipação no tempo de sua aposentadoria em virtude da atividade exercida ser insalubre ou perigosa, deverá possuir o LTCAT devidamente preenchido, porque nele consta, de forma sucinta, a descrição das atividades exercidas pelo mesmo dentro do contrato de trabalho e os respectivos riscos ambientais nele existente e se houve algum tipo de atitude neutralizante, tais como a utilização de Equipamento de Proteção Individual – EPI ou Equipamento de Proteção Coletivo – EPC e este documento (LTCAT) faz parte do rol de documentos solicitados pela Previdência para requerer este tipo de benefício.

A Previdência Social, dado o resultado do LTCAT, poderá, caso seja percebido condição insalubre no ambiente, cobrar da empresa os adicionais previdenciários, previstos no artigo 22 da Lei 8.212 de 1991, os quais servirão de financiamento para o pagamento dos benefícios dos artigos 57 e 58 da mesma lei;

XIII - elaborar e manter atualizado Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) abrangendo as atividades desenvolvidas por trabalhador exposto a agente nocivo existente no ambiente de trabalho e fornecer ao trabalhador, quando da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica deste documento, conforme disposto no inciso VI do art. 291 e no art. 295 (BRASIL, 2009, p. 10);

Este item tem características bem parecidas com a do item anterior, porém este tem caráter individual, por empregado, ao passo que o item anterior tem caráter de ordem coletiva, mas ambos são documentos utilizados no requerimento de aposentadoria especial em virtude de trabalho executado em local com riscos ambientais, preenchido e entregue ao empregado no ato de sua rescisão de contrato de trabalho;

XIV - elaborar e manter atualizadas as demonstrações ambientais de que tratam os incisos I a IV do art. 291, quando exigíveis em razão da atividade da empresa (BRASIL, 2009, p. 10).

Os relatórios de tratam o artigo 291 da IN/RFB de 2009 são o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT e o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR. Estes relatórios devem ser elaborados por profissionais devidamente registrados no Ministério do Trabalho e Conselhos de Classe como o CREA e o CRM, podendo contratar empresa especializada na área para a providência deste item;

2.1.4 Matrícula no CEI

A inclusão do Cadastro Específico do INSS – CEI deverá ser feita da seguinte forma: verbalmente pelo sujeito passivo em uma agência da RFB; Pela internet no site da RFB ou; por ofício, por um servidor da RFB, conforme prevê o art. 24 da IN/RFB 971/2009 (BRASIL, 2009);

Ficam dispensados de obter matrícula no CEI, como descreve o art. 25 da IN 971/2009 os enquadrados nas seguintes hipóteses:

“I – Os serviços de construção civil, tais como os destacados no Anexo VII com a expressão “(SERVIÇO)” ou “(SERVIÇOS)”, independentemente da forma de contratação;”

Para o estudo de caso aplicado nesta monografia será obrigatório o registro no CEI por se tratar de construtora e incorporadora, atividade vetada de acordo com o Anexo VII mencionado anteriormente. Porém, para outras atividades, as empresas de construção civil estão desobrigadas do respectivo cadastro dispensadas o registro no CEI.

O não registro da obra no CEI torna então proibido a utilização dos créditos previdenciários em virtude de falta do vínculo gerado por este registro para a alocação dos trabalhadores na respectiva obra, impossibilitando a identificação pelo órgão regulador (RFB) dos respectivos recolhimentos previdenciários e seu vínculo à respectiva obra de construção civil, causando com isto o recolhimento desta contribuição tendo por base a apuração pelo tamanho e padrão da obra.

“II - a construção sem mão-de-obra remunerada, de acordo com o disposto no inciso I do art. 370;”

O mencionado acima trata das obras cujo dono seja pessoa física e não possua outro imóvel e a construção seja: residencial e unifamiliar; com área total não superior a 70m² (setenta metros quadrados); destinada a uso próprio; do tipo econômico ou popular; e executada sem mão-de-obra remunerada. Em nenhuma destas possibilidades estaremos enquadrados.

“III - a reforma de pequeno valor, assim conceituada no inciso V do art. 322.”

A reforma de pequeno valor é aquela em que não se altera o tamanho da obra, seja de responsabilidade de pessoa jurídica que tenha sua escrituração contábil regular, e que o custo total, considerando material de construção mais mão-de-obra, não ultrapasse vinte vezes o limite máximo do salário de contribuição vigente na data do início da obra. Para questão de curiosidade, hoje o valor seria o de R\$ 73.834,80 (setenta e três mil oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), obtendo-se a multiplicação por vinte do limite máximo do salário de contribuição que é de R\$ 3.691,74 (Três mil seiscientos e noventa e um reais e setenta e quatro centavos).

2.1.5 Das Obrigações Previdenciárias

O responsável pela obra de construção civil, conforme já identificado anteriormente, tem obrigações perante a RFB, alusivas ao recolhimento de valores de contribuições a ela devida, estas as descontadas de seus empregados segurados e as contribuições a seu cargo, conforme está disposto no artigo seguinte da IN RFB Nº 971:

Art. 327. O responsável por obra de construção civil está obrigado a recolher as contribuições arrecadadas dos segurados e as contribuições a seu cargo, incidentes sobre a remuneração dos segurados utilizados na obra e por ele diretamente contratados, de forma individualizada por obra e, se for o caso, a contribuição social previdenciária incidente sobre o valor pago à cooperativa de trabalho, em documento de arrecadação identificado com o número da matrícula CEI (BRASIL, 2009, p.61).

O procedimento de recolhimento terá um caráter muito importante nos processos seguintes, que darão o passaporte para a empresa na conquista da CND

da Obra, através do preenchimento de formulários padrões da RFB e com a demonstração simultaneamente de documentos que comprovem a origem destes pagamentos.

2.1.6 Documento de Informações Sobre a Obra - DISO

Todas as obras, no Brasil, devem estar perante a Previdência em dia com as obrigações federais quanto ao pagamento do imposto calculado sobre a remuneração dos empregados que prestarão serviços de mão-de-obra. Assim, a IN/RFB 971 de 2009 determina que cada obra, assim definida por meio de formulário específico, transmitirá à receita federal os elementos suficientes para a avaliação dos métodos de apuração da base de cálculo, sua veracidade, comprovações, bem como dados técnicos da edificação:

Art. 339. Para regularização da obra de construção civil o proprietário do imóvel, o dono da obra, o incorporador, pessoa jurídica ou pessoa física, ou a empresa construtora contratada para executar obra mediante empreitada total deverá informar, à RFB, os dados do responsável pela obra e os relativos à obra, mediante apresentação da Declaração e Informação Sobre Obra (DISO), conforme modelo do Anexo V, na unidade de atendimento da RFB da jurisdição do estabelecimento matriz da empresa responsável pela obra ou da localidade da obra de responsabilidade de pessoa física (BRASIL, 2009, p.62).

A DISO, conforme modelo previsto no anexo V, contém 08 (oito) campos, dos quais 02 (dois) serão de preenchimento exclusivo da RFB, devendo os 06 (seis) campos restantes ser preenchidos pelo responsável da obra, dentre eles se destaca os campos que solicitam informações do tipo da obra, o valor da remuneração da folha de pagamento dos empregados que prestaram serviços na mesma, o valor da GPS, o banco agencia e data do recolhimento da contribuição.

2.2 REGULARIZAÇÃO DA OBRA – DOCUMENTAÇÃO

Toda documentação que deverá ser apresentada junto a uma Agência da

Receita Federal pelo interessado na regularização da obra é determinada no art. 383 da IN/RFB 971/2009 (BRASIL, 2009):

Art. 383. Compete ao responsável ou ao interessado pela regularização da obra na RFB, a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

I - DISO, conforme modelo previsto no Anexo V, preenchida e assinada pelo responsável pela obra ou representante legal da empresa, em 2 (duas) vias, destinadas ao CAC ou à ARF e ao declarante (BRASIL, 2009);

Este formulário, devidamente anexo a este trabalho, com as suas instruções ora descritas, deve servir de precursor na montagem do processo de regularização da obra, por se ter a ciência que seu preenchimento se tem por base a documentação pertinente a este artigo “II - planilha com relação de prestadores de serviços assinada pelos responsáveis pela empresa, em 2 (duas) vias, conforme o modelo do Anexo VI”.

Deverá ser informado na Planilha de Relação de Prestadores de Serviços todo tipo de serviço prestado, ou seja, instalação elétrica, instalação hidráulica, pintura, fundação, alvenaria, gesso, montagem de estrutura metálica, entre outros, de sorte a permitir verificar se o serviço integra ou não o CUB:

III - alvará de concessão de licença para construção ou projeto aprovado pela prefeitura municipal, este quando exigido pela prefeitura ou, na hipótese de obra contratada com a Administração Pública, não sujeita à fiscalização municipal, o contrato e a ordem de serviço ou a autorização para o início de execução da obra;

Neste item é solicitada a apresentação do alvará de construção emitido pelo setor de Fiscalização de Obras do Município em que a obra está sendo executada, mediante apresentação de documentos e plantas da obra, bem como seu registro em órgão competente (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA), recolhimento das respectivas taxas e devidamente assinado por responsável técnico, este por seu turno também legalmente habilitado para tal função;

IV - habite-se, certidão da prefeitura municipal ou projeto aprovado ou, na hipótese de obra contratada com a Administração Pública, termo de recebimento da obra ou outro documento oficial expedido por órgão competente, para fins de verificação da área a regularizar;

Quanto à expedição de habite-se, este é devido para as obras que não se

tratam de execução total, ou seja, este documento é também emitido pelo município, quando do registro de uma obra. Nele constará o tamanho do imóvel averbado, assim, por diferença a RFB calculará o tamanho da obra a regularizar, emitindo a respectiva CND, a qual deverá ser encaminhada à prefeitura a fim de acrescentá-lo à obra, gerando novo habite-se.

V - quando houver mão-de-obra própria, documento de arrecadação comprovando o recolhimento de contribuições sociais, com vinculação inequívoca à matrícula CEI da obra, a respectiva GFIP relativa à matrícula CEI da obra e, quando não houver mão-de-obra própria, a GFIP com declaração de ausência de fato gerador (GFIP sem movimento);

Os documentos de arrecadação, tratados no item V acima, referem-se às guias de recolhimento do FGTS e INSS respectivamente aos empregados prestadores de serviços na obra, não mencionadas, mas também exigidas, quando os empregados forem de uma subcontratada ou de uma empreiteira de mão-de-obra.

Quando o texto reforça o sentido da obrigatoriedade com a expressão “... *com vinculação inequívoca...*”, significa que, para que os documentos de arrecadação acima descritos alcancem seus propósitos sociais é imprescindível a vinculação destes empregados à obra, acontecendo por meio do sistema SEFIP, atrelando o empregado ao CEI, independentemente de quem sejam seus contratantes. Destarte, a RFB terá conhecido e registrado os débitos deste CEI, mediante esta informação.

Já na parte de recolhimento do INSS o campo “5” da Guia da Previdência Social – GPS “*IDENTIFICADOR*” deverá constar o número do CEI da obra, para que em encontro a informação enviada via arquivo SEFIP, possa creditar na “conta corrente” do CEI o respectivo pagamento, e assim saldar as contribuições sociais.

VI - a nota fiscal, a fatura ou o recibo de prestação de serviços em que conste o destaque da retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor dos serviços, emitido por empreiteira ou subempreiteira que tiverem sido contratadas, com vinculação inequívoca à matrícula CEI da obra, e a GFIP relativa à matrícula CEI da obra;

Quando da contratação de serviços de mão-de-obra na construção civil, seja ela parcial ou total, é mister que se faça entre as partes contratantes um contrato de prestação de serviços, nele prevendo entre outras cláusulas, que seja emitido a nota fiscal de mão-de-obra e nela seja inserido o seguinte texto no corpo da nota fiscal os seguintes textos: “Serviços executados na obra registrada no CEI sob nº(...)

localizada na (endereço)” e “Retenção para a previdência social 11%”.

O valor ao qual é representada a retenção não deverá ser deduzido da Nota Fiscal no momento de seu preenchimento, não tendo esta retenção, influência sobre o valor total do resultado líquido impresso na NFS, porém descontado este valor retido no momento da quitação da mesma perante o prestador dos serviços.

VII - a nota fiscal ou a fatura relativa aos serviços prestados por cooperados intermediados por cooperativa de trabalho, que, de forma inequívoca, esteja vinculada à matrícula CEI da obra e a GFIP do responsável pela obra referente à matrícula CEI da referida obra, na qual foi declarado o valor pago à cooperativa de trabalho, observado o disposto no inciso II do art. 356.

§ 1º O responsável, pessoa física, além dos documentos previstos nos incisos I a VII do caput deverá, conforme o caso, apresentar documento de identificação, CPF e comprovante de residência, observado o disposto no inciso II do art. 354. (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.027, de 20 de abril de 2010)

§ 2º O responsável pessoa jurídica, além dos documentos previstos nos incisos I a VII do caput deverá, conforme o caso, apresentar:

I - contrato social e suas alterações, original ou cópia autenticada, para comprovação das assinaturas dos responsáveis legais constantes da DISO e, no caso de sociedade anônima, de sociedade civil, de cooperativa, de associação ou de entidade de qualquer natureza ou finalidade, apresentar o estatuto, a ata de eleição dos diretores e a cópia dos respectivos documentos de identidade;

II - cópia do último balanço patrimonial acompanhado de declaração da empresa, sob as penas da lei, firmada pelo representante legal e pelo contador responsável com identificação de seu registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), de que a empresa possui escrituração contábil regular ou Escrituração Contábil Digital (ECD) do período da obra. (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 980, de 17 de dezembro de 2009)

§ 3º As informações prestadas na DISO são de inteira responsabilidade do proprietário do imóvel, incorporador ou dono da obra, que responderá civil e penalmente pelas declarações que fornecer.

§ 4º A DISO e a planilha prevista no inciso II do caput, serão encaminhadas ao Setor de Fiscalização da DRF quando:

I - não se efetivar o recolhimento das contribuições devidas aferidas no ARO;

ARO é o Aviso de Regularização da Obra, documento emitido pela RFB dando ciência e prazo para a regularidade das contribuições previdenciárias da obra, ou seja, é expedido somente se houver recolhimento pendente;

II - se referir a pessoa jurídica cuja CND foi emitida com base no disposto no art. 385.

§ 5º A falta dos documentos previstos nos incisos III e IV do caput pode ser suprida por outro documento capaz de comprovar a veracidade das informações prestadas na DISO em relação à área da obra ou às datas de início e de término, tais como o contrato, as notas fiscais ou as faturas de prestação de serviços.

§ 6º Serão devolvidos ao sujeito passivo os documentos relacionados nos incisos III a VII do caput, bem como os dos §§ 1º e 2º, exceto as cópias e a declaração de existência de contabilidade, após a conferência das informações contidas nos documentos referidos nos incisos I e II do caput.

§ 7º A CND ou a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CPD-EN) relativa à demolição, à reforma ou ao acréscimo especificará apenas a área objeto da demolição, da reforma ou do acréscimo, em conformidade com o projeto da obra, com o habite-se, certidão da prefeitura municipal, planta ou projeto aprovados, termo de recebimento da obra, quando contratada com a Administração Pública ou outro documento oficial expedido por órgão competente.

§ 8º Somente será emitida CND ou CPD-EN contendo, além das áreas mencionadas no § 7º, a área original da construção, para a qual ainda não tenha sido emitida certidão, se o interessado na CND ou na CPD-EN fizer prova de que aquela área encontra-se regularizada.

§ 9º Se o projeto envolver apenas reforma e se a apuração da remuneração for efetuada com base no valor de contratos e notas fiscais, e não com base na área da reforma, a CND ou a CPDEN será emitida pela unidade da RFB competente, com a identificação da matrícula da obra, para quaisquer das finalidades previstas na Lei nº 8.212, de 1991.

§ 10. É dispensada a apresentação de CND ou de CPD-EN para fins de averbação de obra de construção civil relativa à imóvel residencial unifamiliar do tipo econômico, cuja execução ocorreu sem mão-de-obra remunerada, bastando ser apresentada, no cartório de registro de imóvel, a declaração, sob as penas da lei, assinada pelo proprietário ou dono da obra pessoa física, de que ele e o imóvel atendem às condições previstas no inciso I do art. 370, observado o disposto nos §§ 5º e 6º do art. 406.

§ 11. No caso de obra realizada por empresas em consórcio, contratadas por empreitada total, para fins do disposto no art. 385, a empresa líder deverá apresentar toda a documentação relativa à sua participação na obra, bem como toda a documentação das demais consorciadas, na unidade de atendimento da RFB jurisdicionante do seu estabelecimento matriz.

§ 12. Para fins de enquadramento da obra quanto ao padrão e à destinação, deverá ser apresentado o projeto arquitetônico, a planta baixa, ou outro documento que permita o seu correto enquadramento, desde que assinado pelo responsável técnico pelo projeto, caso a aprovação no órgão competente tenha sido com base na planta de projeção da área de forma simplificada.

Este último parágrafo é de suma importância para a empresa construtora ou responsável pela obra, na maioria das vezes pessoas físicas que tenham hábito de construir e vender imóveis, pois na falta da apresentação da documentação solicitada no parágrafo acima, a aferição do valor da remuneração e o cálculo pelo CUB será arbitrado pela RFB, podendo ocasionar em dimensionamento do valor cobrado como contribuição previdenciária um montante acima da realidade em virtude a localidade, padrão e acabamento da obra, informações que constam na documentação solicitada.

Observou-se em alguns comentários supra que, caso não se providencie a

regularização da obra corretamente, apresentando os documentos solicitados pela RFB, bem como efetuar o registro apropriado da obra no CEI e o respectivo recolhimento do encargo social gerado pelas informações nas GFIP's dos trabalhadores que prestaram serviços de mão-de-obra nas referidas construções, poderá a RFB fazer a aferição indireta destes débitos. Deste modo o Artigo 447 em sua escrita nos alerta para tal observância (BRASIL, 2009):

Art. 447. A aferição indireta será utilizada, se:

I - no exame da escrituração contábil ou de qualquer outro documento do sujeito passivo, a fiscalização constatar que a contabilidade não registra o movimento real da remuneração dos segurados a seu serviço, da receita, ou do faturamento e do lucro;

Ressalta-se neste item que não basta o recolhimento dos encargos sociais estarem rigorosamente em dia e devidamente calculado conforme remuneração dos trabalhadores para que não se sofra a aferição indireta da fiscalização a fim de apuração dos débitos. Percebe-se que se a contabilidade não escriturar corretamente essas informações, efetuando o lançamento da folha de pagamento e seus reais valores, da receita, caso já esteja ocorrendo venda de unidades e do lucro, já apurada as despesas gerais da construção do imóvel. Mostram-se aqui a importante função da contabilidade junto aos trâmites legais de emissão de CND-Previdenciário de Obra de Construção Civil, nos quais um simples descuido de lançamento acarretará num desembolso financeiro desnecessário para a empresa, reduzindo ainda mais o lucro desse tipo de segmento.

II - a empresa, o empregador doméstico, ou o segurado recusar-se a apresentar qualquer documento, ou sonegar informação, ou apresentá-los deficientemente;

Num pedido de regularização de obra não é de se esperar que o responsável pela mesma omita ou sonegue informações ao órgão fiscalizador, porém a apresentação destes documentos de forma deficiente é outro aspecto crucial na contabilidade feita de forma negligente, deixando de se registrar informações ou registrando-as sem os respectivos documentos comprobatórios.

III - faltar prova regular e formalizada do montante dos salários pagos pela execução de obra de construção civil;

Deixar de apresentar, ou não possuir para apresentação se solicitado pela fiscalização o documento regular e formalizado para a devida comprovação dos salários, chamados de holerites, contracheque, ou simplesmente recibo de salário, os quais deveram estar escriturados em Livro Diário e Razão, pois serão estes os

documentos fiscalizados. Os programas de folha de pagamento atuais trazem a informação, quando assim necessário, do centro de custo onde o empregado está lotado, ou seja, a obra em que o mesmo prestou serviço naquele período, provando assim, a legítima vinculação com a obra objeto de regularização.

Entretanto sem estes documentos devidamente assinados pelos empregados, sem a prova do pagamento da remuneração do mesmo perante os trabalhos de uma referida competência numa respectiva obra, é terminantemente imprudente e doloso se assim o contador efetuar o lançamento do pagamento na contabilidade.

IV - as informações prestadas ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo não merecerem fé em face de outras informações, ou outros documentos de que disponha a fiscalização, como por exemplo:

a) omissão de receita ou de faturamento verificada por intermédio de subsídio à fiscalização;

b) dados coletados na Justiça do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho, ou em outros órgãos, em confronto com a escrituração contábil, livro de registro de empregados ou outros elementos em poder do sujeito passivo;

c) constatação da impossibilidade de execução do serviço contratado, tendo em vista o número de segurados constantes em GFIP ou folha de pagamento específicas, mediante confronto desses documentos com as respectivas notas fiscais, faturas, recibos ou contratos.

§ 1º Considera-se deficiente o documento apresentado ou a informação prestada que não preencha as formalidades legais, bem como aquele documento que contenha informação diversa da realidade ou, ainda, que omita informação verdadeira.

§ 2º Para fins do disposto no inciso III do caput, considera-se prova regular e formalizada a escrituração contábil em livro Diário e Razão, conforme disposto no § 13 do art. 225 do RPS e no inciso IV do art. 47 desta Instrução Normativa.

§ 3º No caso de apuração, por aferição indireta, das contribuições efetivamente devidas, caberá à empresa, ao segurado, proprietário, dono da obra, condômino da unidade imobiliária ou empresa corresponsável o ônus da prova em contrário.

§ 4º Aplicam-se às contribuições de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei nº 11.457, de 2007, as presunções legais de omissão de receita previstas nos §§ 2º e 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598,

de 26 de dezembro de 1977, e nos arts. 40, 41 e 42 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

O item acima fala por si só, em se tratando de documentos que não merecem fé, estes sem harmonia em sua base legal deixam sem credibilidade, seu poder de

prova, confessando serviços impossíveis de serem praticados, em desacordo a declaração do tempo de execução da obra, o número de empregados utilizado e o tamanho da edificação. Embora as informações estejam formalmente lançadas nos Livros Contábeis e seu encargo social devidamente recolhido com base correta, as informações lançadas em SEFIP, ainda que atendidas todas as documentações a que se refere à Legislação, é improvável tal feito, invalidando todo o processo de regularização tornando o cômputo da respectiva base de cálculo da remuneração por aferição indireta nos termos da Lei.

2.3 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O Microempreendedor individual é aquele instituído pelo art. 966 da Lei 10.406 de 2002 – Código Civil e que, a partir de 1º de julho de 2009, por força da Lei Complementar 123 de 2006, optar pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – SIMEI, e ainda atenda, cumulativamente, às seguintes condições:

- I. Tenha auferido receita bruta acumulada no ano-calendário anterior de até R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais);
- II. Seja optante do Simples Nacional;
- III. Exerça somente as atividades constantes no anexo único da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN nº 58/09;
- IV. Possua um único estabelecimento;
- V. Não participe de outra sociedade empresarial;
- VI. Não contrate mais de um empregado.

Assim temos como mais claro órgão regulamentador do microempreendedor individual o Comitê Gestor do Simples Nacional, que através de suas resoluções normatizam procedimentos a serem tomados por esse contrinbuintes.

2.3.1 TRIBUTAÇÃO APLICADA AO MEI

O optante do SIMEI recolherá através do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - DAS o valor fixo mensal correspondente ao somatório das seguintes parcelas:

- I. R\$ 27,25 (Vinte e sete reais e vinte e cinco centavos), correspondente a 5% do Salário Mínimo Nacional, a título de contribuição para o INSS;
- II. R\$ 1,00 (Um real) a título de ICMS, caso a atividade exercida incida tal imposto;
- III. R\$ 5,00 (Cinco reais) a título de ISS, caso a atividade exercida incida tal imposto;

Importante salientar que para os MEI's cuja atividade deva haver retenção de ISS na fonte, para esta modalidade não cabe tal retenção, tão pouco a qualidade de substituto tributário.

Demais peculiaridades serão encontradas nos citados art. 18A e 18B da Lei Complementar 123 de 2006.

3 ESTUDO DE CASO

Este trabalho foi realizado como um estudo de caso. Para tal concentrou-se a atenção em um único elemento de análise, procurando, desta forma, reunir e analisar o maior número possível de informações, para atender ao objetivo proposto.

Tendo este estudo de caso como ponto principal de análise um comparativo entre dois métodos de execução de mão-de-obra na construção civil, um deles utilizando empregados próprios e outro contratando microempreendedores individuais, relatando os métodos que podem ser utilizados para a obtenção da Certidão Negativa da Previdência Social da obra, consoante a legislação previdenciária e trabalhista, demonstrando as formas e os procedimentos aplicados a cada método de concretização do objeto proposto, dentro de um determinado período, utilizando-se estas formas diferenciadas a fim de demonstrar o impacto e o efeito que cada uma traz nos custos da empresa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

O estudo de caso foi realizado em uma empresa real da construção civil, aqui denominada pelo nome fictício de Construções Ltda., com o objeto social de Construção de Edifícios e Incorporação, Loteamentos e ainda a atividade de compra e venda de imóveis próprios e de terceiros, a empresa encontra-se instalada no município de Palhoça no estado de Santa Catarina e atualmente é tributada pelo Lucro Presumido, sendo que para o período pesquisado encontra-se uma obra em fase de finalização, necessitando montar o processo de solicitação da CND perante a Receita Federal do Brasil para possível registro do “habite-se” na Prefeitura Municipal e assim deixar a obra com toda documentação em dia, a fim de poder estar habilitada a ser financiada junto aos Bancos Habitacionais, como a Caixa Econômica Federal – CEF.

Assim, num próximo empreendimento, será aplicado o método de execução cujo custeio apresente o valor menor, levando-se em consideração o pagamento da mão-de-obra e seus encargos sociais, bem como todas as despesas pertinentes a contratação de mão-de-obra pelos dois métodos aqui estudados.

3.2 EXECUÇÃO COM EMPREGADOS PRÓPRIOS

Na execução de uma obra de construção civil é imprescindível a mão-de-obra especializada para esse feito. Abordar-se-á nesse momento as despesas qual uma construção cujos empregados fossem contratados diretamente pela construtora. Apuram-se suas despesas relacionadas à folha de pagamento com salário base determinado pelo sindicato representante da categoria e seus respectivos encargos sociais, comenta-se também sobre o passivo trabalhista que esse método de execução gera, contudo comentar-se-á sobre os afastamentos desses contratados e seus reflexos na folha.

No método aqui exposto, comentam-se sobre as obrigações conexas as Normas Regulamentadoras – NR's, as quais esta atividade se enquadra, bem como o transporte desses trabalhadores, as conseqüências e seus custos, como honorários contábeis e suporte administrativo.

Esta apresentação terá seu limite até o momento de regularização da construção perante a Receita Previdenciária, onde se demonstra a relação de toda documentação a apresentar no ato do registro junto ao órgão competente, a RFB.

3.2.1 PISO SALARIAL

De acordo com o seguinte instrumento coletivo aqui descrito como Convenção Coletiva de Trabalho – CCT do ano de 2011, com vigência até 30/04/2012 do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis - SINDUSCON, em sua cláusula terceira, a qual trata do piso salarial ou piso normativo, que utiliza-se como base de cálculo para as seguintes demonstrações, as profissões de pedreiro, servente, carpinteiro e armador para a área operacional e auxiliar de escritório e vigia para a área administrativa.

Para melhores esclarecimentos segue abaixo Tabela de função e piso mensal do respectivo sindicato extraído diretamente da CCT 2011/2012 do respectivo onde demonstra por função o respectivo piso salarial o qual não poderá ser inferior ao demonstrado aqui, para uma jornada de trabalho de 44 horas semanais, respeitado as demais cláusulas da Consolidação das Leis do trabalho - CLT:

TABELA 1– SALÁRIO NORMATIVO DOS EMPREGADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

FUNÇÃO	PISO MENSAL – EM R\$
PROFISSIONAL	1.070,00 (12,27%)
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	1.070,00 (12,27%)
GUINCHEIRO	1.070,00 (12,27%)
MEIO OFICIAL	770,00 (11,92%)
SERVENTE	700,00 (12,18%)
SECRETÁRIA ESCRITURÁRIO ENCARREGADO DE ALMOXARIFADO	886,00 (12,01%)
DIGITADOR RECEPCIONISTA TELEFONISTA AUXILIAR DE ESCRITÓRIO AUXILIAR DE ALMOXARIFADO APONTADOR	770,00 (11,92%)
OFFICE-BOY COPEIRA FAXINEIRA	661,00 (12,03%)
VIGIA DE OBRA	700,00(12,18%) + o adicional noturno 35%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2011)

Ressaltamos que anualmente é reajustado o valor dos pisos salariais da classe trabalhadora na construção civil, gerando uma nova tabela salarial.

3.2.2 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

Neste item tratar-se-á dos valores a recolher a título de Previdência Social ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS e dos valores a serem depositados nas contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Abordar-se-á esses aspectos sobre o montante da folha de pagamento sugerido e tomado por base para as demais demonstrações a seguir a fim de não surgirem distorções e ser perceptível uma diferença no momento da comparação entre os meios aqui pesquisados.

Tomou-se por base de cálculo a prestação de serviço de mão-de-obra utilizado um total de 50 (cinquenta) empregados, evidenciados em tabela a seguir por função e salário, sendo este o convencionado pela categoria conforme tabela 1 do item 3.2.1.

Tratando-se de recolhimento previdenciário, a atividade de construção de edifício é sujeita ao recolhimento da parte previdenciária patronal com base a folha de pagamento dos seus empregados e recolhida em documento próprio, a Guia da

Previdência Social – GPS, e ainda a contribuição aos terceiros, no caso desta atividade, o recolhimento é para repasse as seguintes entidades:

TABELA 2 – TERCEIROS SUJEITOS À ATIVIDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL

ENTIDADES	%
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	0,2
Salário Educação	2,5
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	1,0
Serviço Social da Indústria – SESI	1,5
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	0,6
TOTAL	5,8

Fonte: INSS

Na continuação da obrigação de recolhimento previdenciário temos ainda os Riscos Ambientais do Trabalho – RAT, percentual também aplicado sobre o valor bruto da folha de pagamento, que de acordo com a Receita Federal (BRASIL 2011):

Representa a contribuição da empresa, prevista no inciso II do artigo 22 da Lei 8212/91, e consiste em percentual que mede o risco da atividade econômica, com base no qual é cobrada a contribuição para financiar os benefícios previdenciários decorrentes do grau de incidência de incapacidade laborativa (GIL-RAT). A alíquota de contribuição para o RAT será de 1% se a atividade é de risco mínimo; 2% se de risco médio e de 3% se de risco grave, incidentes sobre o total da remuneração paga, devida ou creditada a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos. Havendo exposição do trabalhador a agentes nocivos que permitam a concessão de aposentadoria especial, há acréscimo das alíquotas na forma da legislação em vigor.

Que no caso da construção é de 3%, assim compreendida como de risco grave, este aplicado sobre a folha de pagamento bruta a que trataremos a seguir.

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi instituído pela Lei 5.107 de 13/09/1966 para segurar o trabalhador de demissão sem justa causa e salvaguardar sua família durante o período de desemprego. O valor do FGTS consiste num percentual aplicado sobre o salário do trabalhador, atualmente de 8% (oito por cento), pago pelo empregador sem nenhum ônus ao empregado.

O FGTS é depositado pelo contratante em guia própria denominada de Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia e Informações à Previdência – GFIP mensalmente, e o seu recolhimento deverá ser efetuado sem correção até o dia 7 (sete) do mês subsequente a prestação dos serviços.

Nas tabelas a seguir demonstraremos por função os salários e encargos sociais, discriminados, bem como a reprodução dos mesmos para o número de colaboradores sugerido anteriormente.

TABELA 3 – FOLHA DE PAGAMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS COM EMPREGADOS PRÓPRIOS

Função	Salário	INSS Discriminado			INSS Total Patronal	FGTS 8%	13º Salário 1/12	Encargos Sociais s/ 13º Salário 36,8%	Férias + 1/3	Encargos Sociais s/ Férias + 1/3 36,8%	TOTAL
		Patronal 20%	RAT 3%	Terceiros 5,8%							
Pedreiro	1.070,00	214,00	32,10	62,06	308,16	85,60	89,17	32,81	118,89	43,75	1.748,38
Servente	700,00	140,00	21,00	40,60	201,60	56,00	58,34	21,47	77,78	28,63	1.143,82
Carpinteiro	1.070,00	214,00	32,10	62,06	308,16	85,60	89,17	32,81	118,89	43,75	1.748,38
Aux.Escritório	770,00	154,00	23,10	44,66	221,76	61,60	64,17	23,61	85,55	31,48	1.258,17

TABELA 4 – FOLHA DE PAGAMENTO TOTALIZADORA

Função	Quantidade Empregados	Totalizador Folha Individual	Totalizador Folha por Função
Pedreiro	21	1.748,38	36.715,98
Servente	21	1.143,82	24.020,22
Carpinteiro	6	1.748,38	10.490,28
Auxiliar de Escritório	2	1.258,17	2.516,34
TOTAL GERAL	50	5.898,75	73.742,82

Assim, demonstram-se por função os valores referentes à remuneração dos mesmos, juntamente com seus respectivos encargos sociais, inclusive férias mais o abono constitucional de 1/3 e a gratificação natalina, ou seja, o 13º salário. Estes servirão de dados para apuração do comparativo do método executado na prestação dos serviços.

3.2.3 OUTROS CUSTOS E DEPESAS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

Além das despesas de salário e os encargos sociais as empresas enfrentam também gastos referente à transporte de empregados, custo com alimentação, manutenção de valor superior devidos aos trabalhos executados pela contabilidade e pessoal administrativo assim esclarecidos individualmente.

3.2.1.1. TRANSPORTE

As empresas têm por determinação legal que subsidiar as despesas de

transporte de seus empregados, isso é o que define a Lei 7.418 de 16 de dezembro de 1985, que obriga aos contratantes fornecer o vale-transporte aos seus empregados que comprovadamente necessitam de deslocamento coletivo para ir e vir ao local de trabalho e residência ou vice versa.

Quando fornecido o vale-transporte, o empregador poderá descontar da folha de pagamento do empregado o percentual de 6% (seis por cento) incidente no salário base do mesmo. Podendo este percentual ser menor, isso somente variará se por instrumento coletivo houver acordo de cobrança inferior ao estipulado em Lei.

Jamais poderá ser cobrado do empregado um valor superior ao custo total dos vales-transportes fornecidos ainda que o resultado da aplicação do percentual de 6% assim o represente maior, ou seja, se o transporte mensal custar R\$ 50,00 (Cinqüenta reais) e o valor descontado, representado pelo percentual de 6% (Seis por cento) forem R\$ 60,00 (Sessenta reais), o valor efetivamente descontado em contracheque será o de R\$ 50,00 (Cinqüenta reais).

Porém o art. 8º da Lei do Vale-Transporte dá a opção aos empregadores de fornecerem meios próprios ou contratados de transporte aos empregados. Essa modalidade é bem comum para as empresas construtoras que por motivos diversos optam pelo transporte próprio. Um desses motivos é a praticidade de iniciar os serviços com todos os profissionais, pois eles não gastam tempo em aguardar o transporte coletivo em terminais ou paradas de ônibus, fazendo que cheguem a suas residências entre uma a três horas além do tempo que o transporte próprio levaria para realizar o mesmo percurso, visando o repouso do mesmo, para rendimento no dia seguinte.

Outro motivo é o financeiro, as empresas compram um veículo que sirva para carregar materiais e outros equipamentos e o adapta para transportar pessoas no início e no fim do expediente, ou adquirem um ônibus mais antigo, cujo valor seja baixo e ainda poderá ser diluído se financiado e a manutenção e o combustível poderá ser pago com o valor descontado dos empregados.

3.2.1.2. ALIMENTAÇÃO

Quanto à alimentação, não existe previsão legal para pagamento ou fornecimento gratuito por parte da empresa, mas alguns empregadores contratam cozinheira, e ainda no canteiro de obra improvisam um refeitório onde os empregados possam se alimentar. Esse fornecimento poderá ser subsidiado ou não

pelo empregado, normalmente as empresas não cobram valores, porém essa atitude tem suas vantagens para empresa. Os empregados não se ausentam do local de trabalho, promove a confraternização e descontração dos colaboradores, portanto aumenta o rendimento dos trabalhos.

3.2.1.3. CONTABILIDADE

Conforme orienta o Conselho Regional de Contabilidade – CRC, através de sua cartilha de “Orientação para negociação de honorários” (CRCSC 2008) o número de empregados na folha de pagamento enfatiza e quantifica o valor dos honorários contábeis a serem cobrados. Este resultado será parte integrante da base para a elaboração do mesmo.

Nesta linha de raciocínio temos que considerar os trabalhos extras a serem executado pelo escritório de contabilidade, fornecedor de serviços à empresa, que cobrará uma quantia significativa por cada empregado constante na sua folha de pagamento.

Em entrevista à MS Contabilidade Ltda., devidamente registrado no CRC/SC sob nº 007590/O-1, sobre o valor médio a ser cobrado por cada empregado, obtivemos um percentual de 3,33% (Três vírgula trinta e três por cento) sobre o salário mínimo nacional, ou seja, R\$ 18,15 (Dezoito reais e quinze centavos).

Trata-se de um custo que a empresa deverá suportar pela escolha desta metodologia, em que contrata os empregados para prestar os serviços, do contrário na contratação de microempreendedores.

3.2.1.4. PESSOAL ADMINISTRATIVO

Nas empresas construtoras, além dos empregados responsáveis pela construção das obras existem também os empregados administrativos, os quais são responsáveis pela juntada da documentação pertinente a regularização e registro dos imóveis em construção, desde seu início até a entrega do mesmo, ou no caso de empresas incorporadoras, até a venda da última unidade.

É notório, em qualquer ramo de atividade, que cada profissional tem seu valor, cada um tem seu salário maior ou menor que outros que executam as mesmas atividades dentro do mesmo ramo. Porém, dentre vários, dois diferenciais

causadores desta contenda são o volume e a qualidade do desempenho das funções.

O valor de um empregado no setor administrativo de uma empresa de construção que tem 50 (cinquenta) empregados poderá ser bem maior do que prevê o mínimo estipulado pelo sindicato da categoria, hoje R\$ 770,00 (Setecentos e setenta reais), é de se esperar um *staff* desde acompanhamento de documentação, cumprimento rigoroso nos prazos de pagamento e cobrança de boletos e promissórias, atendimento no setor de pessoal desde o registro à demissão, serviços de cartórios e banco e outros mais.

Não podemos divulgar aqui um valor estimado ou merecido de acordo com o número de empregados deste empreendimento, até mesmo poderá existir tal profissional que execute suas atividades com perfeição e aceite o referido piso salarial, mas participamos à empresa uma realidade. Um presumível custo administrativo que não se podem desvaler, buscando-se o bom andamento dos trabalhos e sua conclusão sem surpresas desagradáveis, como multas, infrações, notificações, intimações e outros instrumentos de penalização por descumprimento ou falta de declaração por parte da área administrativa da construtora.

3.2.1.5. PASSIVO TRABALHISTA: JUSTIÇA DO TRABALHO

As construtoras quando contratam empregados, assumem a responsabilidade pelo mesmo enquanto presta, de acordo com seu contrato de trabalho, os serviços ao seu empregador, estendendo-se ao itinerário de sua residência ao local de trabalho.

Dentre estas responsabilidades, está o pagamento de salário, horas extras, adicionais noturno, de insalubridade e periculosidade quando aplicável. Além de férias, décimo terceiro salário, abono constitucional de férias, recolhimento do FGTS, informação ao PIS, recolhimento previdenciário e outros muitos.

Nas obras de construção civil poderão ocorrer situações em que a prestação dos serviços deva ser paralisada. O exemplo mais comum é o clima, as chamadas intempéries, chuvas prolongadas, por exemplo, impedem muitos dos serviços da construção civil.

Estas situações causam um efeito negativo nas finanças da construtora que na maioria das vezes não possuem caixa suficiente para bancar suas despesas, e

deixam de receber da contratante sua fatura.

Quando esta situação ocorre, e não for possível negociação entre patrão e empregado, o caminho seguido pelo empregado é sempre a justiça do trabalho, ajuizando ação trabalhista contra a empresa que lhe contratou.

Também é comum no ramo da construção, que empregados deixem de comparecer ao serviço, geralmente por conflitos pessoais, como alcoolismo, drogas e outros. Geralmente por vergonha, não comparecem à empresa para regularizar sua situação ou até mesmo quando retornam, já foram demitidos por justa causa em virtude do tempo de ausência ter ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias. Estes são potenciais empregados que moverão ações trabalhistas contra seus patrões.

Os custos para a empresa se defender de uma ação trabalhista vai desde os honorários advocatícios até o pagamento de verbas em duplicidade, no caso das em que por má administração e organização, não possuir documentação hábil devidamente assinada pelos empregados, tais como contracheque, folha ponto, recibo de férias, e outros mais.

3.2.4 AFASTAMENTO DE EMPREGADO

Muitas reclamações das empresas construtoras se dão em torno dos afastamentos legais do empregado proporcionados pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em seu Artigo 473, e o mais comum dos afastamentos, o atestado de incapacidade laboral, ou o popularmente conhecido ATESTADO, este por sua vez foi instituído pela Lei 605 de 1949.

A ausência do empregado no canteiro de obra poderá atrasar o andamento normal do cronograma da obra, forçando o empregador a contratar substituto e onerar ainda mais a sua margem de lucro. Aumentará as despesas e manterá mais um vínculo com todos os direitos como vale transporte, alimentação, contabilidade, potencial passivo trabalhista e outros.

3.2.5 OBRIGAÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS – NR'S

Todas as empresas estão sujeitas ao cumprimento da Lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977, que trata da Segurança e da Medicina do Trabalho. Algumas em maior número de atendimento as normas e outras em menor número de obrigação. Contudo na construção civil não poderia ser diferente, esta atividade tem um dos maiores números de normas a serem seguidas, não sendo novidade, pois é a que tem o maior índice de acidentes relacionado à atividade.

Das 34 (Trinta e quatro) Normas regulamentadoras atualmente existentes, 22 (Vinte e dois) delas tem relação com a construção civil, sendo algumas específicas à atividade, outras por situação do ambiente de trabalho e outras específicas à construção civil.

Nº	NORMA REGULAMENTADORA
NR 4	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT
NR 5	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA
NR 6	Equipamento de Proteção Individual – EPI
NR 7	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO
NR 8	Edificações
NR 9	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA
NR 10	Instalações e Serviços em Eletricidade
NR 11	Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais
NR 12	Máquinas e Equipamentos
NR 15	Atividades e Operações Insalubres
NR 16	Atividades e Operações Perigosas
NR 17	Ergonomia
NR 18	Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção
NR 19	Explosivos
NR 20	Líquidos Combustíveis e Inflamáveis
NR 21	Trabalho a Céu Aberto
NR 23	Proteção Contra Incêndios
NR 24	Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho
NR 25	Resíduos Industriais
NR 26	Sinalização de Segurança
NR 27	Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no Ministério do Trabalho
NR 33	Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados

QUADRO 1 : RELAÇÃO DE NORMAS REGULAMENTADORAS (CONCLUSÃO)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Quando se tratar de uma empresa de grande porte, todas estas normas são efetuadas por profissionais da área, devidamente admitidos em seu quadro de empregado e regularmente registrados no Ministério do Trabalho, evidentemente com um custo de salários e encargos sociais que acarretarão em acréscimo na folha de pagamento.

Serviços estes que são de responsabilidades de médicos e engenheiros com especialização no trabalho, e técnicos de segurança, enfermagem e edificação.

Nas empresas de menor poder financeiro estes serviços, na maioria das vezes podem e são terceirizados, diminuindo as despesas com estas obrigações.

3.3 DOCUMENTAÇÃO ACESSÓRIA

A documentação acessória aqui tratada se refere à que será necessária ou até mesmo obrigatória para a regularização da obra posteriormente a sua execução junto a Receita Federal do Brasil, atendendo ao art. 47 da IN/RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009), anteriormente comentado neste trabalho.

No entanto, deverá manter as seguintes documentações prontamente em dia e em mãos para apresentá-las em anexo ao processo de obtenção da Certidão Negativa de Débito Previdenciário. São elas:

- GFIP e RE, representado pela Guia de Recolhimento do FGTS e a Relação de Empregados gerada eletronicamente pelo Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social – SEFIP, devidamente alocados estes nos respectivos canteiros de obra identificados pelo número do Cadastro Específico do INSS – CEI;
- GPS, a Guia da Previdência Social, documento específico para o recolhimento dos valores relativos a contribuição previdenciária dos empregados, da empresa e dos terceiros, devidamente quitada e legível o seu preenchimento e autenticação. Esta por sua vez deverá corresponder as informações prestadas na GFIP e RE e constar a respectiva vinculação no CEI mediante informação do mesmo, no campo 5 “IDENTIFICADOR” da GPS;
- Livros Contábeis Diário e Razão em dia com todos os lançamentos previdenciários e os da folha de pagamento, lançamentos realizados por obra;

Os documentos acima deverão ser os originais. E, em se tratando dos livros

fiscais, estes deverão estar fechado e registrado na Junta Comercial no momento imediato ao encerramento da obra, a fim de demonstrar ao INSS os referidos lançamentos ocorridos naquela obra.

3.4 PROCEDIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO DA OBRA

A IN/RFB nº 971/2009, em seu art. 383 (BRASIL, 2009), tem determinado uma relação de documentos e formulários a serem preenchidos e apresentados à Receita Federal do Brasil no setor de regularização de obra, com a finalidade de emitir a Certidão Negativa de Débitos ao INSS incidente sobre a remuneração dos empregados lotados, e que efetivamente prestaram serviço de mão-de-obra naquele respectivo CEI.

Compete ao responsável ou interessado pela regularização, a apresentação dos seguintes documentos:

- DISO, devidamente preenchida em duas vias, deverá ser assinada pelo responsável pela obra ou proprietário da empresa, o qual será responsável civil e criminalmente pelas informações ali prestadas;
- ALVARÁ, de concessão de licença para construção, projeto aprovado pela prefeitura ou autorização para início de obra ou ainda outro documento legal que comprove a área e o início da obra;
- HABITE-SE, quando se tratar de regularização de obra por motivo de reforma ou tamanho;
- GPS, devidamente quitada e com a atinência ao identificador do número do CEI;
- CONTRATO SOCIAL, e suas alterações, original ou cópias autenticadas;
- BALANÇO, cópia do último balanço social;
- DECLARAÇÃO, assinada e firmada pelo representante legal da empresa e o contador sua respectiva identificação profissional, de que a empresa possui escrituração contábil regular do período da obra;

Todos os documentos originais serão devolvidos após apresentação ao Auditor da Receita Federal, exceto uma via da DISO. Estando regularmente em dia

com os recolhimentos da GPS, e os valores representarem os mesmos informados na SEFIP, e a documentação for atendida as exigências do órgão fiscalizador, a RFB emitirá automaticamente a CND.

3.5 EXECUÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Abordaremos nesse momento as despesas que uma construção cujos prestadores de mão-de-obra fossem contratados pela construtora por meio de “Contrato de Prestação de Serviço de Mão-de-obra Parcial”.

Apuraremos suas despesas relacionadas à folha de pagamento conforme determina o art. 3º da Lei Complementar Nº 128 de 19 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que incluiu o art. 18-B na LC Nº 123 de 14 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006), permitindo a contratação destes empresários por empresas mediante contrato de prestação de serviços, entretanto, somente existirá essa possibilidade se houver o recolhimento da Contribuição Previdenciária Patronal por parte do contratante, obrigando-lhe a inclusão do mesmo em sua folha de pagamento na categoria de autônomo.

Neste método, esclareceremos os procedimentos tomados pelos Microempreendedores e a divulgamos a planilha de elaboração do valor da nota fiscal de serviço, expondo a base para confecção da referida nota fiscal, a qual servirá de base de cálculo para a aplicabilidade do percentual de 20% (Vinte por cento) que é devido pela empresa sobre a remuneração do contribuinte Individual devidamente lançado em folha.

Para o método ora mencionado, a seguir, por planilha apuraremos as obrigações conexas aos Encargos Sociais sobre a folha de pagamento, da contratada e da contratante, e as demais despesas que se agregam a esta modalidade de prestação.

Como na apresentação do item 3.2., esta apresentação terá seu limite até o momento de regularização da construção perante a Receita Previdenciária, onde demonstraremos a relação de toda documentação a apresentar no ato do registro junto ao órgão competente, a RFB.

3.5.1 BASE DE CÁLCULO E PISO SALARIAL

Para exemplo aqui demonstrado neste trabalho, o piso salarial do profissional da área da construção civil, está apresentado na tabela 1 deste trabalho, sobre estes valores mais as despesas inerentes a folha de pagamento destes microempreendedores e seus empregados é que serão apurados os valores para a emissão da nota fiscal.

Em caso prático, os contratos de prestação de serviços é que determinarão o valor da nota fiscal a ser emitida mensalmente.

Colocamos uma margem de lucro de 32% (trinta e dois por cento) sobre os custos, a fim de representar uma lucratividade expressiva pra efeitos de prestação de serviço e obtermos aproximadamente um valor que não exclua o MEI do enquadramento da RFB. Este é o percentual que a Receita Federal presume que as empresas que prestam serviços têm mediante a execução dos mesmos.

TABELA 5 – BASE DE CÁLCULO PARA PREÇO NA NOTA FISCAL EMITIDA PELO MEI

Função	Folha de Pagamento	INSS 3%	FGTS 8%	13º Salário 1/12	Encargos Sociais s/ 13º Salário 11,00%	Férias + 1/3	Encargos Sociais s/ Férias + 1/3 11,00%	Total Parcial	Lucro	TOTAL
Servente	700,00	21,00	56,00	58,34	6,42	77,78	8,55	928,09	284,44	1.212,53
Pedreiro	1.070,00	0,00	85,60	89,17	0,00	118,89	0,00	1.363,66	423,81	1.787,47
TOTAL	1.770,00	21,00	141,60	147,51	6,42	196,67	8,55	2.291,75	708,25	3.000,00

É importante ressaltar que atualmente o Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, através de sua Resolução nº 58, de 27 de abril de 2009 (BRASIL, 2009) estipula o valor máximo de faturamento para a manutenção na modalidade do MEI para R\$ 3.000,00 (Três mil reais) por mês para as empresas iniciam as suas atividades proporcionalmente aos meses de funcionamento, e R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) para todo o ano calendário de 2010.

No entanto, já está aprovado o Projeto de Lei 87/11 que passa esse teto para R\$ 60.000,00 já a partir de janeiro de 2012, dando margem para a majoração do faturamento destes profissionais.

Assim neste trabalho, será respeitado o teto que determina a Legislação vigente e assumira-se o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a emissão do documento fiscal, o qual será fornecido à contratante, obedecendo-se o prazo de

pagamento estipulado em contrato, que deverá ser mensal.

Traz a vantagem de ser um empreendedor e deixa-se de ser empregado, além de com esta modalidade de prestação os mesmos ampliarem seus horizontes de contratos e conseqüentemente serem desenquadrados, visto o lado bom da situação pelo pressuposto de crescimento da empresa, obrigando ao MEI a contratação de mais empregados para a execução de contratos que assim exigirem.

3.5.2 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A FOLHA DA EMPRESA NA CONTRATAÇÃO DO MEI

Conforme o art. 18-B da LC nº 123/2006 (BRASIL, 2006), as empresas que contratarem os Microempreendedores para a execução de serviços de hidráulica, elétrica, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos, tem a obrigatoriedade do recolhimento a que se refere o inciso III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991), que trata do recolhimento de 20% (Vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestam serviços.

A partir da situação exposta no parágrafo acima, se entende que a Previdência Social enquadra como Contribuinte Individual o empresário optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – SIMEI, obrigando a empresa contratante a inseri-lo na sua folha de pagamento na condição de autônomo para efeito do recolhimento da previdência patronal de 20% (vinte por cento), incidentes sobre a Nota Fiscal emitida pelo mesmo em contra partida os serviços executados no mês.

TABELA 6 – FOLHA DE PAGAMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS - CONTRATANTE

Função	Salário	INSS Discriminado			INSS Total Patronal	FGTS 8%	13º Salário 1/12	Encargos Sociais s/ 13º Salário 36,8%	Férias + 1/3	Encargos Sociais s/ Férias + 1/3 36,8%	TOTAL
		Patronal 20%	RAT 3%	Terceiros 5,8%							
Pedreiro	3.000,00	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00
Carpinteiro	3.000,00	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00
Aux.Escritório	770,00	154,00	23,10	44,66	221,76	61,60	64,17	23,61	85,55	31,48	1.258,17

Apurados os valores individuais por função, demonstraremos em tabela a seguir o totalizador da folha de pagamento da empresa contratante, agora com a modalidade da construção da obra, se beneficiando da contratação de microempreendedores, juntamente com seu respectivo empregado na função de servente.

TABELA 7 – FOLHA DE PAGAMENTO TOTALIZADORA DA CONTRATANTE

Função	Quantidade Empregados	Totalizador Folha Individual	Totalizador Folha por Função
Pedreiro (Autônomo)	21	3.600,00	75.600,00
Carpinteiro (Autônomo)	6	3.600,00	21.600,00
Auxiliar de Escritório	2	1.258,17	2.516,34
TOTAL GERAL	29	8.458,17	99.716,34

Como se pode observar, os valores da folha dos serventes não aparecem na tabela 7, pois estarão relacionados na tabela que representará as despesas da folha de pagamento da empresa do próprio MEI.

3.5.3 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A FOLHA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Nesta sessão demonstraremos conforme tabela abaixo, as despesas que o microempreendedor individual absorve quando da prestação de serviços à empresa de mão-de-obra da construção civil, de acordo com as funções permitidas por Lei, em sua respectiva folha de pagamento.

Lembramos que o limite de contratação de funcionários para fim de enquadramento nesta modalidade não poderá ultrapassar o número de 01 (um) empregado registrado, e este deverá receber como salário não mais do que o piso da categoria.

O piso estará constando na Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo, devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e vigente na data da contratação do empregado.

TABELA 8 – FOLHA DE PAGAMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS - MEI

Função	Salário	INSS Discriminado			INSS Total Patronal	FGTS 8%	13º Salário 1/12	Encargos Sociais s/ 13º Salário 11,00%	Férias + 1/3	Encargos Sociais s/ Férias + 1/3 11,00%	TOTAL
		Patronal 3,00%	RAT 0,00%	Terceiros 0,00%							
Servente	700,00	21,00	0,00	0,00	21,00	56,00	58,34	6,42	77,78	8,55	928,09

Esta demonstração se faz necessário para que se possam visualizar os ganhos efetivos de cada MEI, mesmo não sendo o objeto desta lide, todavia temos ainda que observar as despesas secundárias que a folha de pagamento reflete.

3.4.1. OUTROS CUSTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DO CONTRATANTE

Também na modalidade de execução dos serviços, utilizando-se de terceirização com a contratação dos MEI, existirão, além das despesas de salário e os encargos sociais outros gastos, como por exemplo, referente a transporte de empregados, custo com alimentação, entre outros abaixo, comentados individualmente.

Aqui neste capítulo esclareceremos os custos que envolverão o ato da contratação dos microempreendedores, as conseqüências envolvidas em torno de sua admissão como contribuinte individual pela empresa contratante.

3.4.1.1. TRANSPORTE

A determinação legal de subsidiar as despesas de transporte de seus empregados, definido pela Lei 7.418 de 16 de dezembro de 1985, que obriga aos contratantes fornecer o vale-transporte aos seus empregados que comprovadamente necessitam de deslocamento coletivo para ir e vir ao local de trabalho e residência ou vice versa, não se aplica aos contribuintes individuais, cujo prestação de serviços se dará mediante contrato de prestação de serviço de pessoa jurídica para pessoa jurídica.

Deve-se atentar para o esclarecimento desta condição em cláusula do contrato de prestação de serviço, assumido pelas partes, por se tratar de contratação de uma empresa, independente da situação de admissão em folha, ato determinado pela Previdência Social.

Já para os demais empregados, considerados como administrativos, se mantém o exposto em Lei. O empregador poderá descontar da folha de pagamento destes o percentual de 6% (seis por cento) incidente no salário base do mesmo. Podendo este percentual ser menor, isso somente variará se, por instrumento coletivo, houver acordo de cobrança inferior ao estipulado em Lei.

3.4.1.2. ALIMENTAÇÃO

Quanto à alimentação, mantém-se a premissa de que não existe previsão legal para pagamento ou fornecimento gratuito por parte da empresa aos contribuintes individuais, mas alguns empregadores contratam cozinheira, e ainda no canteiro de obra improvisam um refeitório onde os empregados possam se alimentar, podendo o microempreendedor e seu empregado usufruírem deste benefício, porém, salvo se, em contrário, o contrato assinado entre as partes prever outra condição.

Esse fornecimento poderá ser subsidiado ou não pelo contratante, normalmente as empresas não cobram valores, porém essa atitude tem suas vantagens para a empresa. Os empregados não se ausentam do local de trabalho, promovem a confraternização e descontração dos colaboradores, portanto aumentam o rendimento dos trabalhos. Este procedimento poderá ser aplicados aos profissionais terceirizados.

3.4.1.3. CONTABILIDADE

Não serão desconsiderados os contribuintes individuais colocados na folha da contratante para efeito de cobrança de honorários contábeis. Sobre eles serão incidentes cálculos, confeccionados recibos, cadastro, documentação e outros procedimentos pertinentes a contratação de autônomo.

3.4.1.4. PESSOAL ADMINISTRATIVO

Nas empresas construtoras, além dos empregados microempreendedores contratados para a execução das obras, existem também os empregados

administrativos, os quais são responsáveis pela juntada da documentação pertinente a regularização e registro dos imóveis em construção, desde seu início até a entrega do mesmo, controle e remessa de documentos de empregados e ou contratados à contabilidade.

O padrão de qualidade de uma empresa de construção começa em seu escritório. O reflexo da competência do empregado administrativo se mostra na organização e pontualidade dos serviços e obrigações.

No entanto, devido ao método de execução da obra ser por intermédio de MEI e seus respectivos empregados, tratando-se de vários contratos, precisamente 27 (vinte e sete), sendo cada um deles referentes a 21 (vinte e um) com pedreiros e 06 (seis) carpinteiros autônomos, nesta lide, cada um dos pedreiros admitirá um servente sob sua responsabilidade, emitindo folha de pagamento e prestando as obrigações acessórias correspondentes à execução do contrato de prestação com a construtora, vinculando os mesmos ao CEI da obra na qual serão prestados os trabalhos.

Este número de empregados que são de responsabilidade dos MEI's e suas respectivas documentações deverão estar completamente formalizada, pois os órgãos fiscalizadores responsabilizarão além do empregador, representado pelo MEI, o contratante também.

Assim passa a ser mais uma obrigação do empregado administrativo, a juntada de documentos pertinentes aos empregados dos MEI's, porquanto estiverem executando serviços na obra da contratante, bem como as obrigações acessórias recolhidas no prazo. Por bem se condiciona o pagamento da fatura dessas empresas contratadas à apresentação dos encargos sociais, salários, e rescisões ocorridas no período.

3.4.1.5. PASSIVO TRABALHISTA – JUSTIÇA DO TRABALHO

As construtoras quando contratam empregados, assumem a responsabilidade pelo mesmo enquanto presta, de acordo com seu contrato de trabalho, os serviços ao seu empregador, estendendo-se ao itinerário de sua residência ao local de trabalho.

Para o contribuinte individual não é muito diferente, existem aspectos que se equiparam, outros não. Relacionaremos ao Contribuinte Individual, título adquirido

ao MEI, quando da execução de serviços a outras empresas, na sessão de mão-de-obra.

Dentre estas responsabilidades, prestadas pela contratante ao MEI estarão o pagamento do valor da Nota Fiscal e recolhimento previdenciário patronal, declaração para previdência social quando houver afastamento por acidente de trabalho por meio do SEFIP.

É previsto na Lei 8.212/91 em seu art. 31 que:

Art. 31. A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher, em nome da empresa cedente da mão-de-obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5o do art. 33 desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 11.933, de 2009\). \(Produção de efeitos\).](#)

§ 1o O valor retido de que trata o caput, que deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, será compensado pelo respectivo estabelecimento da empresa cedente da mão-de-obra, quando do recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social devidas sobre a folha de pagamento dos segurados a seu serviço (BRASIL, 1991).

Nas obras de construção civil poderão ocorrer situações em que a prestação dos serviços deva ser paralisada. O exemplo mais comum é o clima, as chamadas intempéries, chuvas prolongadas, por exemplo, impedem muitos dos serviços da construção civil. Nestas situações será executado o contrato de prestação de serviços, que estipulará o pagamento mediante a prestação dos serviços, não mensal como o empregado.

Assim, nos dias em que não seja possível a execução do andamento da obra, o MEI, responsável pelo cumprimento do contrato em todo, bem como na honra do prazo de entrega dos serviços a que lhe foram incumbidos, poderão executá-los em horário e dia que lhe sejam convenientes, desde que previstas atividades no canteiro de obra naquele dia e previsto em contrato, pois não tem caráter de empregado, não submetido aos preceitos dos Artigos 3º e 4º da CLT:

Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual,

técnico e manual.

Art. 4º - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

Parágrafo único - Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar... (VETADO)... e por motivo de acidente do trabalho.

Quanto à responsabilidade, são muitas as controvérsias e confusões sobre este tema, mas quanto aos deveres previdenciários podemos destacar dois tipos de responsabilidades que devam ser conhecidas e colocadas claramente em cláusulas no contrato de prestação de serviço.

São elas, as responsabilidades: solidária e subsidiária, na primeira, o contratante poderá pagar juntamente com a empresa contratada ou até mesmo sozinho valores resultantes de ações trabalhistas movida contra o empregador, e no caso da segunda opção a empresa contratante passa a complementar os valores somente quando cessar os bens do empregador (RAPOSO, 2011).

Outro instrumento que assegura o tomador neste assunto são os ditames da Seção IV da IN/RFB 971/2009 que trata da “Elisão da Responsabilidade Solidária”, trata dos procedimentos e documentos que o tomador deverá exigir do prestador durante o período da execução dos serviços nas obras sob sua responsabilidade.

Os custos para a empresa se defender de uma ação trabalhista vai desde os honorários advocatícios até o pagamento de verbas em duplicidade, no caso das em que por má administração e organização, não possuir documentação hábil devidamente assinada pelos empregados, tais como contracheque, folha ponto, recibo de férias, contratos, e demais documentação acessória e guias de pagamento devidamente quitadas.

3.4.1.6. AFASTAMENTO

Muitas reclamações das empresas construtoras se dão em torno dos afastamentos legais do empregado proporcionados pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em seu Artigo 473, e o mais comum dos afastamentos, o atestado de incapacidade laboral, ou o popularmente conhecido ATESTADO, este por sua vez foi instituído pela Lei 605 de 1949.

Aos MEI's não se aplicam as indenizações aos dias faltantes, ou seja, como não tem caráter de empregado, o MEI deverá no prazo de seu contrato cumprir com o pactuado no prazo previsto e convencionado entre as partes.

Não podendo cumprir o prazo estipulado em contrato para a execução dos trabalhos, o MEI sofrerá as sanções previstas em contrato. Por motivo justo, poderão as partes ajustar novo prazo para término da empreitada, porém, o período em que o mesmo se estender não será motivo de majoração no preço anteriormente combinado.

3.4.1.7. OBRIGAÇÕES DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS

Todas as empresas estão sujeitas ao cumprimento da Lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977, que trata da Segurança e da Medicina do Trabalho. Algumas em maior número de atendimento as normas e outras em menor número de obrigação.

Contudo na construção civil não poderia ser diferente, esta atividade tem um dos maiores números de normas a serem seguidas, não sendo novidade, pois segundo informações enviadas ao MTE, é a que tem o maior índice de acidentes relacionado à atividade.

Das 34 (Trinta e quatro) Normas regulamentadoras, demonstradas no Quadro 1 deste trabalho, atualmente existentes, 22 (Vinte e dois) delas tem relação com a construção civil, sendo algumas específicas à atividade, outras por situação do ambiente de trabalho e outras específicas à construção civil.

A legislação em sua NR4, da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, obriga as empresas de construção de edifícios com mais de 100 (Cem) empregados a contratarem profissionais da área de segurança, observando o Quadro II da mesma Norma.

Então, temos a declarar que os contribuintes individuais que prestam serviços as contratantes somam, para efeito de mensuração do número de empregados para a implementação do SESMT.

3.6 DOCUMENTAÇÃO ACESSÓRIA

A documentação acessória aqui tratada se refere a que será necessária ou até mesmo obrigatória para a regularização da obra posteriormente a sua execução junto a Receita Federal do Brasil, atendendo ao art. 47 da IN/RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009), anteriormente comentado neste trabalho.

No entanto, deverá manter as seguintes documentações prontamente em dia e em mãos para apresentá-las anexo ao processo de obtenção da Certidão Negativa de Débito Previdenciário e para eventuais defesas trabalhistas e ou previdenciárias.

Este procedimentos a seguir deverão ser além da contratante o referente a cada Microempreendedor contratado e respectivo ao seu empregado:

- GFIP e RE, representado pela Guia de Recolhimento do FGTS e a Relação de Empregados gerada eletronicamente pelo Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social – SEFIP, com o empregado devidamente alocado no número da obra, que estará identificada junto à Previdência Social pelo número do Cadastro Específico do INSS – CEI;
- GPS, a Guia da Previdência Social, documento específico para o recolhimento dos valores relativos a contribuição previdenciária dos empregados, da empresa e dos terceiros, devidamente quitada e legível o seu preenchimento e autenticação, para os empregados administrativos. Também a GPS referente ao recolhimento da quantia patronal e dos empregados dos MEI, esta por sua vez deverá corresponder as informações prestadas na GFIP e RE quanto ao valor recolhido, interessante constar a respectiva vinculação no CEI mediante informação do mesmo, no campo 1 “NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO” da GPS;
- Livros Contábeis Diário e Razão em dia com todos os lançamentos previdenciários e os da folha de pagamento, lançamentos realizados por obra. Não sendo necessário para os MEI's;
- PPRA, e Declaração de dispensa do PCMSO, estes são relatórios constantes das NR's, e constam no rol de documentos que elidem a possibilidade de exclusão da responsabilidade solidária dos contratantes, contudo, não poderíamos de deixar de se tornar uma

exigência;

Os documentos acima deverão ser os originais. E, em se tratando dos livros fiscais, estes deverão estar fechados e registrados na Junta Comercial no momento imediato ao encerramento da obra, a fim de demonstrar ao INSS os referidos lançamentos ocorridos naquela obra.

3.7 PROCEDIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM EXECUÇÃO UTILIZANDO MÃO-DE-OBRA DE MEI'S

A IN/RFB nº 971/2009, em seu art. 383 (BRASIL, 2009), tem determinado uma relação de documentos e formulários a serem preenchidos e apresentados à Receita Federal do Brasil no setor de regularização de obra, com a finalidade de emitir a Certidão Negativa de Débitos ao INSS incidente sobre a remuneração dos empregados lotados, e os contratados, pois ambos prestaram serviço de mão-de-obra efetivamente naquele respectivo CEI.

Compete ao responsável ou interessado pela regularização, a apresentação dos seguintes documentos:

- DISO, devidamente preenchida em duas vias, deverá ser assinada pelo responsável pela obra ou proprietário da empresa, o qual será responsável civil e criminalmente pelas informações ali prestadas;
- PLANILHA, constando a relação dos prestadores de serviços, aqui incluído aos MEI's, devidamente assinada pelos responsáveis pela tomadora;
- GFIP, da tomadora, sem movimento, caso a mão-de-obra for contratada em regime total;
- ALVARÁ, de concessão de licença para construção, projeto aprovado pela prefeitura ou autorização para início de obra ou ainda outro documento legal que comprove a área e o início da obra;
- HABITE-SE, quando se tratar de regularização de obra por motivo de reforma ou tamanho;
- NOTA FISCAL, da prestação de serviços, respectivo a cada contrato com MEI;

- GPS, devidamente quitada e com a atinência ao identificador do número do CEI;
- CONTRATO SOCIAL, e suas alterações, original ou cópias autenticadas;
- BALANÇO, cópia do último balanço social;
- DECLARAÇÃO, assinada e firmada pelo representante legal da empresa e o contador sua respectiva identificação profissional, de que a empresa possui escrituração contábil regular do período da obra;

Todos os documentos originais serão devolvidos após apresentação ao Auditor da Receita Federal, exceto uma via da DISO. Estando regularmente em dia com os recolhimentos da GPS, e os valores representarem os mesmos informados na SEFIP, e a documentação for atendida as exigências do órgão fiscalizador, a RFB emitirá automaticamente a CND.

3.8 ANÁLISE DOS RESULTADOS POR COMPARATIVO

Neste capítulo realizaremos uma análise comparativa dos resultados apurados na execução dos dois métodos determinados neste trabalho, a fim de apontar o procedimento menos oneroso à empresa de construção, levando em consideração os custos financeiros originados pelas duas maneiras de implementar a demanda, no âmbito dos encargos sociais, precisamente Previdência e Fundo de Garantia.

TABELA 9 – COMPARATIVO METODOLÓGICO ENTRE FOLHA, FGTS E INSS

MÉTODO	FOLHA	FGTS	INSS	TOTAL
Com Empregados Próprios	56.986,88	3.758,50	12.997,44	73.742,82
Com utilização dos MEI's	82.949,62	123,20	16.643,52	99.716,34
DIFERENÇA (Próprios – MEI's)	(25.962,74)	3.635,30	(3.646,08)	(25.973,52)
Despesas Pagas pelos MEI's	17.872,89	1.176,00	441,00	19.489,89

De acordo com o comparativo efetuado poderemos descrever as seguintes situações mais vantajosas, por item:

- FOLHA DE PAGAMENTO, para o mesmo número de profissionais executando a obra a contratante terá uma redução de 35,83% (Trinta e cinco vírgula oitenta e três por centos) optando pelo método próprio de contratação. Monetariamente a redução é representada pela cifra de R\$ 25.973,52 (Vinte e cinco mil novecentos e setenta e três reais e cinqüenta e dois centavos);
- FGTS, a despesa com o Fundo de Garantia praticamente é considerada nula para a contratação de MEI's, visto que não há incidência sobre os mesmos, e quanto aos seus empregados, às despesas ocorrem por conta dos mesmos. Portanto, neste aspecto, com a contratação dos MEI's terá a contratante uma redução de 100% (Cem por centos) nas despesas, representando R\$ 3.696,90 (Três mil seiscentos e noventa e seis reais e noventa centavos);
- INSS torna-se menos oneroso com a contratação de empregados próprios, num percentual de 28,54% (Vinte e oito vírgula cinqüenta e quatro por cento), gerando uma redução de R\$ 3.646,08 (Três mil seiscentos e quarenta e seis reais e oito centavos).

Mostrou-se o resultado do trabalho conclusivo para a resposta proposta por esta pesquisa, respondendo à pergunta do problema: qual é o impacto da utilização dos créditos previdenciários, patronais, gerados pelos Micros Empreendedores Individuais (MEI) em uma organização de construção civil para abatimento no débito previdenciário junto ao Cadastro Específico do INSS - CEI?

Claramente os créditos poderão ser aproveitados para a regularização da obra junto à RFB com obras executadas com mão-de-obra contratada por Microempreendedores Individuais e seu respectivo empregado, ainda mostrou-nos que o menor custo proposto é os trabalhos executados pelos empregados contratados pelas construtoras e não pelos MEI's, em se tratando de Folha de Pagamento e seus Encargos Sociais (FGTS e INSS).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, fez-se uma abordagem com o vigor de transparecer a contabilidade para as empresas desse ramo no mercado de trabalho, com entusiasmo de favorecer ao contratante e a sociedade.

Os estudos são hoje considerados a maior riqueza de um povo e agora também em muitas empresas.

É função dos professores, nos cursos de ciências contábeis das universidades, formarem contadores para participarem ativamente do desenvolvimento das pessoas e organizações, buscando sempre a estes a elisão tributária e fiscal.

Trazendo vida às organizações para que estas possam gerar empregos e renda aos brasileiros, convertido em riqueza e desenvolvimento social.

4.1 QUANTO AO ALCANCE DOS OBJETIVOS

Conforme estabelecido no objetivo geral: “Demonstrar um exemplo da forma econômica de tributação da contribuição previdenciária das obras de construção civil através da redução do recolhimento da parte patronal previdenciária...”, foram efetuado no item 3.8 a apresentação do comparativo entre os dois métodos propostos e analisados, da forma de prestação de serviços de execução de obra de construção civil por empresa do ramo.

O comparativo apontou a forma mais econômica como sendo a execução contratando-se a mão-de-obra diretamente pela folha da construtora, ou seja, admitir empregados com as funções de serventes, pedreiros e carpinteiros e pagar seus respectivos salários conforme piso da categoria e recolher efetivamente sua contribuição previdenciária e fundo de garantia.

E, no momento da regularização da obra junto à Previdência, a fim de emitir a Certidão Negativa de Débitos, apresentarem a DISO com as informações dos recolhimentos e aproveitamento dos créditos previdenciários gerados pela sua própria folha de pagamento.

Os objetivos específicos definidos abaixo, representados, consideram-se

atendidos das seguintes formas:

I. Verificar se há aproveitamento dos créditos previdenciários:

No capítulo segundo e terceiro abordamos extenso texto legislativo sobre o Microempreendedor Individual e suas peculiaridades, ainda se não bastasse, este pesquisador formulou por escrito uma solicitação de esclarecimentos à Legislação e o protocolou junto à Receita Federal a qual é objeto anexo a este trabalho.

Até a data de 13 de novembro de 2011 não havia sido respondido, pois a competência para resposta da mesma só era cabível à Divisão de Tributação – SRRF – 9RF – PR, conforme comprovante de consulta de andamento de processo anexo;

II. Demonstrar a metodologia de aproveitamento de créditos previdenciários:

Precisamente no item 3.4 deste trabalho estão relacionados passo a passo os procedimentos para que, junto à RFB, se possa beneficiar-se dos créditos previdenciários gerados pela folha de pagamento, seja ela própria como a de terceiros.

No caso aqui apresentado sobre a folha dos microempreendedores, constantes delas os serventes vinculados aos MEI's por regime Celetista;

III. Comparar as duas formas de cálculos apresentadas sobre o aproveitamento dos créditos previdenciários:

Efetuamos inicialmente um cálculo para cada um dos dois tipos de implemento dos trabalhos e seus encargos sociais gerados, por função, e em seguida um totalizador, estes representados pelas tabelas 04 e 07.

Posterior aos cálculos individuais efetuamos uma tabela comparativa sobre ambas as situações, que se visualiza na tabela 10 deste trabalho;

IV. Analisar qual a melhor forma de aproveitamento desses créditos pelas empresas de construção civil:

Este objetivo específico foi tema da conclusão deste estudo, descrito do capítulo 4 teve uma conclusão clara e sucinta, não causando dúvidas sobre a tomada da mesma, seguindo o tema, escopo desta pesquisa.

4.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Finalizado este estudo, sugere-se como futuros trabalhos, alguns assuntos que foram comentados neste, porém demanda aprofundamento devido as suas complexidades, carentes de tempo e dedicação as suas realizações:

- Uma maneira de apurar e calcular os demais custos inerentes a folha de pagamento de empresas construtoras, tais como, alimentação, transporte, equipamentos de proteção entre outros;
- Investigar a apuração e o pagamento de salário efetivamente realizados, dos empregados da construção civil, o dito “pagamento por fora”;
- Demonstrar de forma simplificada os cálculos efetuados pela Receita Federal quanto à cobrança da previdência social da obra que não esteja com a documentação em dia no momento de sua regularização junto a RFB;
- Investigar os reflexos jurídicos na esfera trabalhista resultante da contratação de MEI que anteriormente figuravam como empregados da empresa contratante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre as organizações da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providência. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 24 jul. 1991. Disponível em: www.receita.fazenda.gov.br Acesso em: 12 set. 2011.

PINTO, João Roberto Domingues. **IMPOSTO DE RENDA: Contribuições administradas pela secretaria da Receita Federal e Sistema Simples**. 19. ed. Porto Alegre: Editora SCAN – Editoração & Produção Gráfica, 2011.

BRASIL. Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 14 dez. 2006. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2006/leicp123.htm> Acesso em: 12 set. 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Orientação para negociação de honorários**. 1. ed. Florianópolis: Editora CRC, 2008.

BRASIL. **IN RFB 971/2009**, de 13/11/2009, Receita Federal do Brasil. Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Disponível em: www.receita.fazenda.gov.br Acesso em: 08 jun. 2010.

WEB PESADOS.COM.BR. **Urbano Mercedes-Benz 1620, 1995, Branco, Diesel**. Disponível em: <http://www.webpesados.com.br/classificados/detalhes/urbano-mercedes-benz-1620-1995-15317> Acesso em: 05 nov. 2011.

BRASIL. **DECRETO 3.048/1999**, de 06/05/1999, Instituto Nacional da Seguridade Social. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: www.mps.gov.br Acesso em: 08 jun. 2010.

OTANI, Nilo et al. **TCC Métodos e Técnicas**. 1. ed. Florianópolis: Editora Visual Books, 2007.

BRASIL. Lei nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 19 dez. 2008. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2008/leicp128.htm> Acesso em: 12 set. 2011.

MEDEIROS, Manoel dos Passos. **Qual o valor cobrado nos honorários contábeis por empregado**. Obtida em: 07 nov. 2011. Palhoça: 2011.

BRASIL. **DECRETO 3.000/1999**, de 26/03/1999, Receita Federal do Brasil. Regulamenta a

tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: www.receita.fazenda.gov.br Acesso em: 08 jun. 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/internet/mediador/relatorios/ImprimirICXML.asp?NRRequerimento=M R025087/2011> Acesso em: 02 nov. 2011.

BRASIL. **Resolução CGSN nº 58**, de 27/04/2009, Comitê Gestor do Simples Nacional. Dispõe sobre o Microempreendedor Individual – MEI no âmbito do Simples Nacional. Disponível em: www.receita.fazenda.gov.br Acesso em: 12 set. 2011.

DOMINGOS E PINHO CONTADORES. Disponível em: <http://www.dpc.com.br/tabelas/fpas.pdf> Acesso em: 02 nov. 2011.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: [http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/fap.htm#O que é RAT \(Riscos Ambientais do Trabalho\)](http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/fap.htm#O%20que%20%C3%A9%20RAT%20(Riscos%20Ambientais%20do%20Trabalho)) Acesso em: 02 nov. 2011.

TI IDEAL. **Tabela de Riscos Ambientais do Trabalho**. Disponível em: http://www.idealsoftwares.com.br/tabelas/tabela_rat.html Acesso em: 02 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 7.418, de 16/12/1985. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Institui o Vale-Transporte e dá outras providências.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7418.htm Acesso em: 05 nov. 2011.



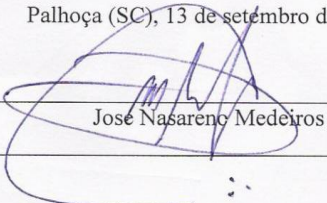
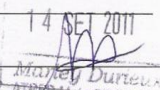
EQUIPE ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 51. ed. 2002; 2ª tiragem. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm Acesso em: 05 nov. 2011.

RAPOSO, Gustavo de Resende. **Responsabilidade subsidiária trabalhista. Impossibilidade de exigir do tomador de serviços o pagamento da contribuição previdenciária patronal devida pelo empregador**. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1710, 7 mar. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/11027>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

ANEXOS

ANEXO A – Consulta sobre a interpretação da Legislação Tributária Pessoa Física

	<p>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL</p>	
<p align="center">CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA PESSOA FÍSICA</p>		
<p>Ao Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal.</p>		
<p>José Nasareno Medeiros, técnico em segurança do trabalho, domiciliado na Rua Ferrara, nº 147, bairro Passa Vinte, cidade Palhoça, CEP 88.132-278, telefone (48) 3033-3020, e-mail jose.nasareno@ig.com.br, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 687.451.929-87, vem, na forma da Instrução Normativa RFB nº 740, de 2 de maio de 2007, formular consulta sobre a interpretação da legislação tributária relativa a tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com o seguinte teor:</p>		
<p>1) A dívida gera quanto a interpretação dos seguintes dispositivos: Art. 18-B e Art. 18-C da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, IN RFB 971 de 13 de novembro de 2009 e Inciso III do Art. 22 da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991; 2) A interpretação solicitada servirá de orientação para monografia defendida pelo interessado junto à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC na graduação de bacharel em Ciências Contábeis; 3) A fim de não cometer equívocos nas informações prestadas em minha tese, quanto as obrigações de recolhimento das contribuições relativas ao Inciso III do At. 22 da Lei 8.212/91, relato que, a partir do estudo de caso feito em uma empresa cujo a atividade principal é Imobiliária e secundária construtora e incorporadora, a mesma tem por objetivo a contratação de MEI's para execução das atividades de alvenaria e carpintaria. É sabido que o contratante efetuará o recolhimento que prevê o Inciso III do At. 22 da Lei 8.212/91 referente ao MEI contratado nos termos do Art. 18-B da LC 123/2006, porém a dúvida pertinente é se também tem o mesmo tratamento para os empregados dos MEI's, o contratante deve também aplicar o disposto no Inciso III do At. 22 da Lei 8.212/91 sobre seus salários e fazer o respectivo recolhimento, ou caberá ao Contratado aplicar o que observa o Art. 18-C e seu Parágrafo único? E se os MEI's estão sujeitos aos Artigos 47º Inciso VIII, Art. 332º e constar na documentação exigida pelo Art. 383º todos da IN RFB 971/2009.</p>		
<p>Por fim, o consulente declara que:</p> <p>a) não se encontra sob procedimento fiscal iniciado ou instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria objeto da consulta;</p> <p>b) não foi intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta; e</p> <p>c) o fato exposto na consulta não foi objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que foi parte.</p>		
<p align="center">Palhoça (SC), 13 de setembro de 2011</p>		
<p align="center">  José Nasareno Medeiros </p>		<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p align="center">ARF/SÃO JOSÉ</p> <p align="center">14 SET 2011</p> <p align="center">  Marley Dureux ATIV. Matr. SIPE 57. </p> </div>


ANEXO B – Resultado de Consulta Processo da Receita Federal

	MINISTÉRIO DA FAZENDA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS FISCIS
Dados do Processo	
Número : 16542.720370/2011-31	
Data de Protocolo : 15/09/2011	
Documento de Origem : CONSULTA	
Procedência : PROCESSO DIGITAL	
Assunto : CONSULTA-SIMPLES NACIONAL	
Nome do Interessado : JOSE NASARENO MEDEIROS	
CPF : 687.451.929-87	
Localização Atual	
Órgão Origem : SERV ORIE ANALISE TRIBUTARIA-DRF-FNS-SC	
Órgão Destino : DIVISAO TRIBUTACAO-SRRF-9RF-PR	
Movimentado em : 29/09/2011	
Sequencia : 0003	
RM : 11858	
Situação : EM ANDAMENTO	
UF : PR	
<input type="button" value="Imprimir"/> <input type="button" value="Retornar"/>	
Este documento não indica a existência de qualquer direito creditório	

Dados do Processo

ANEXO C - Diso

ANEXO V

	MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DECLARAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL (DISO)		1 - Folha <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">Nº</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">Quantidade</td> </tr> </table>		Nº	Quantidade
	Nº	Quantidade				
2 - Órgão Receptor:		3 - Recepção (mês/ano):				
4 - Dados do proprietário do imóvel, dono da obra, empresa construtora ou incorporador(a)						
Pessoa física <input type="checkbox"/> Pessoa jurídica <input type="checkbox"/> Construtora <input type="checkbox"/>						
Nome/Denominação social			CPF/CNPJ			
Endereço		Nº	Complemento	Bairro		
Município		UF	CEP	Telefone		
5 - Dados da Obra						
Identificação do proprietário do imóvel, dono, incorporador ou condômino			Matrícula CEI			
Logradouro			Nº	Complemento		
Lote(s)	Quadra(s)	Bairro				
Município		UF	CEP	Telefone		
Nº do alvará/habite-se	Data alvará/habite-se	Nº vistoria de conclusão		Data da vistoria		
Data início	Data término	Trata-se de obra: (marcar com X)				
Nova <input type="checkbox"/> Inacabada <input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Reformada <input type="checkbox"/> Acrescida <input type="checkbox"/> Demolida <input type="checkbox"/>						
Informações contratuais:						
Nº	Registro	Data	Valor total com reajustes			
Contém aditivo? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Quantos? <input type="text"/>						
6 - Dados da obra - Informações contidas no projeto						
Tipo da Obra <input type="checkbox"/> 11 - Alvenaria <input type="checkbox"/> 12 - Madeira/Mista						
Destinação do Imóvel (Marcar com "X")	Nº Unidades	Nº Pavimentos	Nº Unid. com até 02 banheiros	Nº Unid. com 03 banheiros		
<input type="checkbox"/> Residencial - Unifamiliar						
<input type="checkbox"/> Residencial - Multifamiliar						
<input type="checkbox"/> Residencial Hotel. Motel. Spa						
<input type="checkbox"/> Áreas Comuns Cjt. Habt. Horiz						
<input type="checkbox"/> Comercial Andares Livres						
<input type="checkbox"/> Comercial Salas e Loias						
<input type="checkbox"/> Galpão Industrial						
<input type="checkbox"/> Casa Popular						
<input type="checkbox"/> Conjunto Habitacional Popular						
Informação do Enquadramento para Obra com DEMOLIÇÃO						
Tipo da Obra <input type="checkbox"/> 11 - Alvenaria <input type="checkbox"/> 12 - Madeira/Mista						
Destinação do Imóvel (Marcar com "X")	Nº Unidades	Nº Pavimentos	Nº Unid. com até 02 banheiros	Nº Unid. com 03 banheiros		

Modelo aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

Relação de Notas Fiscais
Anexo II da DISO[illegible]

Relação de Notas Fiscais
(Anexo III da DISO)
RETENÇÃO - art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991

*Mão-de-Obra = valor da retenção dividido por 0,368

[illegible]

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA DISO

A Declaração e Informação Sobre Obra - DISO será preenchida pelo proprietário do imóvel, dono da obra, empresa construtora ou incorporador(a), seja pessoa física ou jurídica, obedecendo as seguintes instruções:

CAMPO 1: Numerar os formulários e anexos preenchidos seguido da quantidade de folhas que serão entregues ao órgão da RFB.

CAMPO 2: USO EXCLUSIVO DA RFB - para registrar o código do órgão receptor.

CAMPO 3: USO EXCLUSIVO DA RFB - para registrar o mês e o ano da recepção.

CAMPO 4: Assinalar com "X" a quadrícula correspondente aos dados do declarante conforme seja pessoa física ou jurídica ou empresa construtora e, em seguida, registrar os dados que o identifica.

CAMPO 5: Registrar os dados da obra, inclusive a sua matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, a data de seu início e de seu término. Marcar com "X" a(s) quadrícula(s) que identifique(m) a(s) característica(s) da obra. Quando existir contrato de construção informar o número do mesmo, a data e o valor total com reajustes. Informar se o contrato possui termo aditivo assinalando com "X" as quadriculas sim ou não e, conforme o caso, informar a quantidade de termos aditivos.

CAMPO 6: Assinalar com "X" a quadrícula que identifique o tipo da obra: alvenaria, madeira ou mista.

Para ser classificada como tipo 12 (madeira ou mista) a obra deverá possuir:

a) pelo menos 50% (cinquenta por cento) das paredes externas em madeira, metal, material pré-moldado ou pré-fabricado;

b) estrutura de metal;

c) estrutura pré-fabricada ou pré-moldada;

d) a edificação seja do tipo rústico, sem fechamento lateral, ou lateralmente fechada apenas com tela e mureta de alvenaria.

Assinalar com "X" a quadrícula que identifique a(s) destinação(ões) da obra, preenchendo os campos destinados a unidades da obra, os quais estão à frente de cada destinação que for assinalada.

Quando se tratar de demolição, preencher do modo descrito acima o espaço destinado à "Informação do Enquadramento para Obra com demolição".

Informar sobre a(s) área(s) que a obra possui:

1 - tratando-se de obra NOVA esta área será igual à TOTAL;

2 - tratando-se de obra INACABADA, hipótese em que o cálculo e a certidão serão expedidos em relação a área pronta, preencher:

a) o campo INACABADA com o percentual da área acabado ou concluído;

b) o campo EXISTENTE/PROJETO, com a área total do projeto;

c) se houver área anteriormente regularizada, o último campo desse quadro deve ser informando com a área total já regularizada.

3 - tratando-se de obra DEMOLIDA, REFORMADA ou ACRESCIDA, preencher além desses campos, conforme o caso, também o campo EXISTENTE/PROJETO com a área correspondente à área anterior a estas obras (demolição, reforma ou acréscimo);

3.1 - tratando-se de obra ACRESCEIDA, informar a destinação do acréscimo e, se essa for residencial, casa popular ou conjunto habitacional, informar o número de banheiros somente da área acrescida;

4 - tratando-se de obra PARCIAL preencher, além desse campo, também o campo EXISTENTE/PROJETO com a área total do projeto.

5 - Preencher os campos destinados à(s) área(s) com redução existente(s) na obra objeto da regularização, aponto as áreas correspondentes.

CAMPO 7: Assinalar com "X" à frente do tipo de recolhimento que será relacionado, se é de mão-de-obra própria, de empreiteira(s), de subempreiteira(s), ou com base em notas fiscais relativas à aquisição, para a obra que está sendo regularizada, de concreto/argamassa, de pré-moldado ou pré-fabricado, nesta última condição, preencher o anexo da DISO.

Preencher em formulários DISO distintos as planilhas (Campo 7) para cada situação que houver marcado, de mão-de-obra própria, de empreiteira(s) e de subempreiteira(s).

Relação de recolhimentos:

Coluna competência, a competência a que corresponder o recolhimento;

Coluna Remuneração de Mão-de-obra (base de cálculo), total da remuneração empregada na obra, observar que não poderá ser relacionado valor de remuneração relativa a atividades ou serviços não-incluídos na composição do Custo Unitário Básico (CUB), constantes da relação do Anexo VIII desta Instrução Normativa.

Coluna contribuição, valor da contribuição recolhida à Previdência Social relativa à coluna anterior.

Colunas Banco/Ag, Data de Autenticação e valor autenticado, preencher com os respectivos dados.

Coluna Confirma CC é de uso exclusivo da RFB, para confirmação das informações prestadas em cada linha.

CAMPO 8: Assinatura do declarante ou do seu representante legal, inclusive em todos os anexos, se houver, que se identificará e, também, do signatário, no ato da entrega deste documento ao servidor do órgão correspondente, quando deverá ser exibida toda a documentação necessária para este fim.



RELAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

FONE CONTATO:

[illegible]

LOCAL E DATA : _____, ____ / ____ / ____

ASSINATURA E CPF DO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: _____

CPF: . . . -

(CONTADOR/CHEFE DEPARTAMENTO PESSOAL/PROPRIETÁRIO/DONO DA OBRA OU INCORPORADOR)

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA RELAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

A Relação de Prestadores de Serviços será preenchida obedecendo as seguintes instruções:

- a) na coluna 1: deverá ser discriminado o CNPJ do prestador de serviço;
- b) na coluna 2: deverá ser informado o nome ou denominação social do prestador;
- c) na coluna 3: deverá ser informado o tipo de serviço prestado, ou seja, instalação elétrica, instalação hidráulica, pintura, fundação, alvenaria, gesso, montagem de estrutura metálica etc., de sorte a permitir verificar se o serviço integra ou não o CUB;
- d) na coluna 4: deverá constar o número da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços, que tenha vinculação inequívoca à obra, ou seja, que mencione na discriminação do serviço o endereço completo da obra ou o número da matrícula CEI;
- e) na coluna 5: deverá constar a data da emissão da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços;
- f) na coluna 6: deverá ser informado o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços;
- g) a coluna 7: deverá ser preenchida com o valor da retenção destacada em nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços, emitidos a partir da competência fevereiro de 1999, ficando em branco quando o documento tiver sido emitido em período anterior;
- h) na coluna 8: deverá constar:
 - 1 - para competências até janeiro de 1999, a remuneração contida em GRPS recolhida pelo prestador de serviço e específica da obra, isto é, contendo o endereço da obra no campo "endereço" e o número da matrícula CEI, e no campo de observações o número da nota fiscal ou da fatura;
 - 2 - para competências a partir de fevereiro de 1999, o valor da remuneração constante em GFIP do prestador de serviço que tenha vinculação inequívoca à obra, ou seja, que contenha a matrícula CEI da obra no campo "tomador/obra";
 - i) na coluna 9: deverá ser informada a competência do documento de arrecadação específico da obra, para o período até janeiro de 1999, ou com os dados da guia de recolhimento da retenção, para o período a partir de fevereiro de 1999;
 - j) na coluna 10: deverá ser informado o número do banco e o número da agência em que foram efetuados os recolhimentos mencionados na letra "i";
 - l) na coluna 11: deverá ser informada a data da autenticação bancária dos recolhimentos mencionados na letra "i";
 - m) na coluna 12: deverá ser informado o valor autenticado dos recolhimentos mencionados na letra "i".

OBSERVAÇÕES:

- a) os documentos que comprovam as informações constantes da relação de prestadores de serviço deverão ser apresentados na ordem rigorosa em que constam da relação;

- b) no caso de grandes obras, com a apresentação de várias notas fiscais e recolhimentos de vários empreiteiros, é recomendável a apresentação da planilha também em meio digital, além de impressa em papel, a fim de agilizar a conferência;
- c) recomenda-se máxima cautela no preenchimento das colunas 9 a 12, a fim de não inviabilizar a localização das guias nos sistemas da RFB.